



RELATÓRIO E CONTAS DA DIREÇÃO

2019

Índice

| | |
|---|-----------|
| ORGÃOS SOCIAIS | 5 |
| MENSAGEM DA PRESIDENTE DA DIREÇÃO | 6 |
| ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO | 7 |
| RELATÓRIO DA DIREÇÃO | 11 |
| PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS | 22 |
| ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS..... | 28 |
| BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS | 29 |
| NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 38 |
| DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS | 45 |
| EVENTOS SUBSEQUENTES | 45 |
| REGULAMENTO nº 575/2013 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO..... | 48 |
| A. ÂMBITO DE APLICAÇÃO DE POLÍTICAS DE GESTÃO DE RISCO (Artigo 436º) .. | 49 |
| B. OBJETIVOS E POLÍTICAS EM MATÉRIA DE GESTÃO DE RISCO (Artigo 435º) .. | 50 |
| C. ADEQUAÇÃO DE CAPITAIS (Artigo 437º) | 57 |
| D. REQUISITOS DE FUNDOS PRÓPRIOS (Artigo 438º) | 58 |
| E. RISCO DE CRÉDITO DE CONTRAPARTE (Artigo 439º) | 60 |
| F. RESERVAS PRUDENCIAIS DE FUNDOS PRÓPRIOS (Artigo 440º)..... | 60 |
| G. INDICADORES DE IMPORTÂNCIA SISTÉMICA GLOBAL (Artigo 441º) | 60 |
| H. RISCO DE CRÉDITO (Artigo 442º) | 60 |
| I. ATIVOS LIVRES DE ENCARGOS (Artigo 443º) | 62 |
| J. RECURSO ÀS ECAI (Artigo 444º)..... | 62 |
| K. EXPOSIÇÃO A RISCO DE MERCADO (Artigo 445º) | 62 |
| L. RISCO OPERACIONAL (Artigo 446º) | 62 |
| M. POSIÇÕES EM RISCO SOBRE AÇÕES NÃO INCLUIDAS NA CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO (Artigo 447º) | 63 |
| N. RISCO ASSOCIADO A POSIÇÕES DE TITULARIZAÇÃO (Artigo nº 449º)..... | 65 |
| O. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO (Artigo 450º)..... | 65 |
| P. ALAVANCAGEM (Artigo 451º)..... | 66 |
| Q. UTILIZAÇÃO DO MÉTODO IRB RELATIVAMENTE AO RISCO DE CRÉDITO (Artigo 452º) | 66 |
| R. UTILIZAÇÃO DE TÉCNICAS DE REDUÇÃO DE RISCO (Artigo 453º) | 67 |

| | |
|---|----|
| S. UTILIZAÇÃO DOS MÉTODOS DE MEDIÇÃO AVANÇADA RELATIVAMENTE AO RISCO OPERACIONAL (Artigo 454º) | 67 |
| T. UTILIZAÇÃO DE MODELOS INTERNOS DE RISCO DE MERCADO (Artigo 455º) | 67 |
| PARTES DE CAPITAL | 67 |
| PARTES RELACIONADAS | 67 |
| OUTRAS INFORMAÇÕES | 67 |

CAIXA ECONÓMICA DO PORTO

Caixa Anexa

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Conforme o n.º 2 do Artigo 14.º e o Artigo 15.º dos Estatutos da Caixa Económica do Porto, Caixa Anexa à A Beneficência Familiar – Associação de Socorros Mútuos, convoco os Senhores Associados a reunir em Assembleia Geral Extraordinária, no Salão Nobre do Palácio do Bolhão, sito à Rua Formosa, n.º 342 - 346, nesta Cidade do Porto, no próximo dia 30 de Junho de 2020, pelas 16,15 horas, a fim de ser tratada a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Apreciação e votação do Relatório e Contas da Direção e do Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício do ano de 2019, da Caixa Económica do Porto, Caixa Anexa à A Beneficência Familiar – Associação de Socorros Mútuos (CEP).
2. Ratificação do aumento de capital da Caixa Económica do Porto em 700 000,00 euros e alteração da redação do artigo 22º dos Estatutos.

Solicitamos aos senhores associados em pleno gozo dos seus direitos o favor de comparecerem com alguns minutos de antecedência e que se façam acompanhar do respetivo documento de identificação e cartão de associado.

Se não comparecerem mais de metade dos associados existentes, a Assembleia reunirá uma hora depois (17,15 horas), com qualquer número de associados presentes.

NOTA: O relatório de atividades e as contas do exercício do ano anterior encontrar-se-ão disponíveis para consulta de todos os associados na Secretaria d' A BENEFICÊNCIA FAMILIAR – Associação de Socorros Mútuos e da CEP, durante as horas de expediente e em www.ceporto.pt, nos oito dias que antecedem a data de realização da Assembleia.

Porto, 15 de Junho de 2020

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

a) Manuel Joaquim Oliveira Rodrigues da Silva

ORGÃOS SOCIAIS**ASSEMBLEIA GERAL**

| ASSOCIADO | NOME | CARGO |
|------------------|---|---------------|
| 44606 | Manuel Joaquim Oliveira Rodrigues Silva | Presidente |
| 42680 | Elisabete Tavares Lemos | 1ª Secretária |
| 48772 | Helena Maria Silva Machado Barroso | 2ª Secretária |

DIREÇÃO**EFETIVOS**

| ASSOCIADO | NOME | CARGO |
|------------------|----------------------------------|--------------|
| 34849 | Ilda Helena Martins de Oliveira | Presidente |
| 33542 | Fernando Ulisses Pereira Machado | Vogal |

SUPLENTE

| ASSOCIADO | NOME |
|------------------|------------------------------------|
| - | Patrícia Almeida Barge |
| 56732 | Cármén Marlene Pereira Machado |
| 56485 | Carla Susana Alves Parente Martins |

CONSELHO FISCAL**EFETIVOS**

| ASSOCIADO | NOME | CARGO |
|------------------|---------------------------------------|--------------|
| 51053 | Carla Sofia Bessa Bruno | Presidente |
| 57062 | Maria Augusta Rodrigues Pedrosa Lemos | Secretário |
| 54247 | Ana Cristina Teixeira Magalhães | Relator |

SUPLENTE

| ASSOCIADO | NOME |
|------------------|-----------------------------------|
| 55220 | José António Gomes Falcão Fonseca |
| 53969 | Daniel Renato Martins Cardoso |

MENSAGEM DA PRESIDENTE DA DIREÇÃO

Excelentíssimos Associados

A atividade da Caixa Económica do Porto – Caixa anexa (CEP) integra-se no regime jurídico das caixas económicas e tem como finalidade captar depósitos e permitir empréstimos, neste caso, com a garantia de penhores. No entanto, a grande missão da CEP é continuar a ser uma instituição de solidariedade e de cariz mutualista, apoiando as pessoas nos momentos de maior dificuldade, com toda a transparência e simplicidade de processos.

Com alguma tristeza, vemos que as caixas económicas têm vindo a diminuir: em 2015, existiam apenas quatro, duas caixas económicas bancárias (com ativos iguais ou superiores a 50 milhões de euros) e duas caixas económicas anexas, com ativos inferiores àquele valor. Em 2019, as duas caixas económicas bancárias permaneceram e apenas se mantém uma caixa económica anexa – a Caixa Económica do Porto, anexa à A Beneficência Familiar (ABFamiliar).

Pessoalmente encaro este desígnio com uma enorme responsabilidade, mas com o mesmo entusiasmo do primeiro dia em que entrei no universo Mutualista, há precisamente 25 anos.

É com especial orgulho que lidero uma equipa composta por elementos que respiram os mesmos valores mutualistas: Segurança, Confiança, Transparência, Rigor e Competência, que me foram transmitidos na altura da minha entrada, sendo o Sr. António Reis o então Presidente da ABFamiliar.

Temos especiais desafios pela frente, bem como um constante escrutínio e controle da nossa atividade a reportar, estando os nossos objetivos bem definidos e nada nos impedirá de os alcançar.

Através de parcerias estratégicas, estamos a desenvolver o acesso à movimentação das contas *on-line*, de um modo mais cómodo, mais eficiente e eficaz e em que todos os nossos associados/clientes, a breve prazo e de forma intuitiva e segura, possam aceder e movimentar as suas contas, num ambiente digital do mais moderno que existe.

O caminho a percorrer pode ser árduo, devido às limitações das operações que as caixas económicas anexas podem desenvolver, mas estamos certos que esta era a opção a tomar.

Dada a situação atual do País e do Mundo, devido ao efeito da Covid-19, incertezas e algum receio do futuro permanecem. Porém, com união, coesão e trabalho em equipa, sei que iremos ultrapassar tudo isto e continuar na vanguarda do sucesso!

Uma última palavra de apreço ao Presidente da ABFamiliar, Dr. Carlos Jorge Silva, e sua respetiva direção e equipa de trabalho, pois têm sido de um apoio imensurável.

Um bem haja a toda a Família Mutualista. Obrigada.

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Análise dos fatores Económicos

A última década tem sido marcada por um período de contrastes, em que muitas economias viveram uma aceleração do crescimento económico, sendo este frequentemente acompanhado pela fragmentação política, tanto em termos domésticos como em termos internacionais. A este nível, no longo prazo, é pouco provável que o desempenho económico seja imune às forças sociais e políticas centrífugas decorrentes. Mas, até agora, os mercados e as economias não tiveram em conta a desordem política, e o risco de retrocessos substanciais no curto prazo, por este efeito, parece relativamente pequeno.

Em 2019, e sobretudo já neste primeiro trimestre de 2020 assistiu-se ao aparecimento e acentuado reforço de diversos riscos para a evolução da economia mundial.

Aos fatores de incerteza nos últimos anos, nomeadamente quanto às consequências da normalização da política monetária por parte dos principais bancos centrais, da instabilidade política financeira de algumas economias emergentes, das negociações relativas ao *Brexit*, bem como às tensões políticas em diversos países, caso de Itália, da crescente escalada da tensão comercial entre os Estados Unidos da América, a China e a União Europeia, foram acrescentando riscos muito relevantes à atividade bancária.

Na União Europeia, o sistema financeiro persiste na sua fragilidade, tendo em conta o ambiente de baixa rentabilidade e taxas de juro, aliado à pressão concorrencial por parte de novos concorrentes não tradicionais, assim como dos riscos a nível da segurança digital.

As negociações relativas ao *Brexit*, processo que levará ao abandono formal do Reino Unido, continuará a representar um importante fator de risco, quer no que respeita à estabilidade da Área Euro, quer no que concerne à estabilidade interna, dada a incerteza quanto ao caminho a seguir.

Em relação à tecnologia, em especial ao digital, tudo indica que a China e os Estados Unidos vão dominar por muitos anos, uma vez que ambos continuam a financiar a investigação e obtêm grandes benefícios quando as inovações são vendidas. Os dois países também têm as principais plataformas para a interação económica e social, que beneficiam do efeito de rede e anulam as disparidades ao nível da informação, gerando conjuntos de dados valiosos pelas aplicações e as ferramentas de inteligência artificial que usam.

Tendo em consideração que no passado dia 11/03 a OMS declarou o surto do novo coronavírus, designado COVID-19, como pandemia, diversos setores da economia serão indubitavelmente afetados por efeitos diretos e indiretos provocados pela doença, com impactos para a economia, cujos efeitos se podem perspetivar em diversos cenários ainda impossíveis de quantificar em toda a sua plenitude nesta fase.

A economia mundial caminha com desafios sérios nos próximos meses e anos. Entre estes, está a acumulação previsional de dívida nos Estados, o que faz com que os mercados fiquem agitados e que aumente a vulnerabilidade do sistema a choques desestabilizadores.

O crescimento da atividade, que tem sido sustentado pelo dinamismo das exportações (de bens e serviços) e consumo privado, agora, fruto da crise pandémica, direccionar-se-á sobretudo para o incremento do consumo público e do investimento público, como dínamos da recuperação da atividade económica.

No capítulo financeiro, salienta-se a expectativa de forte queda na até agora dinâmica de crescimento de preços no mercado imobiliário, com impactos potencialmente negativos na estabilidade financeira, dado esta atividade ter sido financiada em excesso por crédito bancário, bem como pela incerteza em relação à evolução da procura externa, caso se assista a uma súbita correção dos preços, o que contribui para a diminuição do valor das garantias dos empréstimos.

Estes fatores serão alheios para a CEP, dado as suas operações de crédito se centrarem em garantias de ouro, bem que se perspetiva vir a acentuar o seu papel de ativo de refúgio nestes períodos mais conturbados social e economicamente, aumentando o seu valor e as garantias que temos em carteira.

A expectativa, sem a crise pandémica, era de que o PIB continuaria a apresentar um perfil de crescimento, apesar do seu ritmo ser progressivamente menor. Esperava-se, então, um aumento 1,9% em 2019 e 1,7% em 2020, valores estes muito próximos dos da média da área do euro (Banco de Portugal, 2019).

A estimativa do BdP para 2020 estava abaixo da do Governo, que antecipava uma expansão do PIB de 1,9%, segundo a proposta de Orçamento do Estado para 2020.

A previsão do Governo para a evolução da economia no próximo ano era também mais otimista do que a da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (1,8%), Comissão Europeia e Conselho das Finanças Públicas (1,7%) e do Fundo Monetário Internacional (1,6%).

O cenário macroeconómico subjacente ao Projeto de Plano Orçamental para 2020 ainda mantém a projeção de 1,9% para o crescimento real do PIB em 2019, tal como consta do Programa de Estabilidade 2019-2023.

Esta projeção assentava na antecipação de uma recuperação do crescimento económico na área do euro, em linha com as previsões de instituições internacionais, como o Fundo Monetário Internacional.

De acordo com estas projeções, sem efeito da pandemia, a economia portuguesa continuaria a apresentar capacidade de financiamento até 2020.

Tudo isto se alterou de forma abrupta, dado que, em termos da economia, nas crises pandémicas a perda de vidas humanas traduz-se num incremento do capital fixo per capita e, sobretudo, na depressão das expectativas futuras que são incorporadas pelos agentes económicos.

As medidas de confinamento e isolamento, observadas um pouco por todo o mundo para aplanar a curva de contágio do COVID-19, constituem uma grande e inédita experiência realizada à escala global, não havendo modelo teórico ou prático análogo que permita conhecer quais os impactos esperados.

As previsões do Banco de Portugal, Universidade Católica, outras Instituições, Fóruns e Associações são unânimes na antecipação de uma forte recessão em 2020, devendo o PIB cair entre 5% a 20%.

Em termos de inflação, o efeito deflacionário do preço do petróleo irá contrapor o esperado aumento dos bens alimentares e a diminuição do efeito de “deflação importada”, resultante da retração da globalização, que segundo vários economistas tem permitido controlar os preços, mesmo com a expansão do balanço dos bancos centrais.

Perto de 70% dos portugueses não deverão ser afetados no seu rendimento, nomeadamente, os pensionistas, trabalhadores da administração pública central e local, dos sectores pouco atingidos no retalho, agroalimentar, transportes, etc.. Os restantes terão redução correspondente ao *lay-off*, em apoio do Estado à manutenção dos postos de trabalho ou serão desempregados.

Em termos de deficit público, este crescerá acentuadamente, dado que os apoios do Estado, essenciais para se ultrapassar esta crise, terão uma brutal correspondência no déficit e na dívida pública, a ser paga em austeridade nos anos vindouros, o que será generalizado a toda a economia mundial.

No domínio financeiro, em tempos de crise, há uma lição que não perde atualidade: “cash is king”, que é uma limitação particularmente sentida em Portugal. As Empresas têm lançado mão de todas as linhas de crédito disponíveis, esgotando os plafonds disponíveis junto dos seus bancos. O Banco Central Europeu irá comprar dívida quase sem limite, e assim manter as nossas taxas baixas.

A recuperação económica deverá ser muito lenta e, sobretudo, mais gradual do que o esperado. A pandemia não deixará também de causar impacto na organização do trabalho, com potencial elevado de transição para o modo de teletrabalho.

As cadeias logísticas das empresas também poderão sofrer alterações, dado hoje ser evidente a oportunidade para a chamada manufatura aditiva, ou tecnologia 3D, bem como, também o bloqueio de fronteiras obrigará à redução da distância física entre as cadeias de valor.

No fundo, antecipa-se uma alteração no modelo de economia global que tem caracterizado o século XXI para uma economia regional e local.

Mas, o grande destaque num mundo confinado ao isolamento, reside na explosão das vendas em canal digital o que contribui para a inevitabilidade e necessidade do investimento tecnológico que a Caixa Económica do Porto tem em curso.

Quem não estiver hoje equipado com tecnologias de suporte à comercialização “online”, das mais simples aplicações para dispositivos móveis aos mais sofisticados algoritmos de inteligência artificial e de ciência de dados, corre o risco de ficar para trás. Porém, se esta era já uma tendência estabelecida, a pandemia veio apenas confirmar que o novo normal é digital.

RELATÓRIO DA DIREÇÃO

Excelentíssimos Associados

A atividade da Caixa Económica do Porto – Caixa Anexa – CEP - continuou a refletir em 2019 a sua estrutura de matriz social e mutualista, que tem uma dupla tradução, nas operações que disponibiliza aos seus associados/clientes e na distribuição até 90% de resultados de exercícios anuais para a A Beneficência Familiar, a que é anexa, permitindo o desenvolvimento de modalidades de apoio social que constituem a atividade da Associação.

Neste exercício de 2019, pelo efeito das despesas de investimento e de alterações impostas pelo regulador Banco de Portugal à natureza das aplicações financeiras da Caixa Económica, limitando assim o seu potencial de receitas, os resultados do exercício foram ligeiramente negativos, não tendo sido possível realizar essa distribuição de resultados.

A CEP sempre tem representado para os seus clientes e/ou associados da ABF o mealheiro onde podem depositar as suas poupanças. Neste domínio, em 2019, fomos recetores de muitas solicitações de reforço ou novos depósitos na nossa Instituição, traduzindo esse capital de confiança, que nos orgulha e responsabiliza.

A atividade da CEP nesta década tem-se caracterizado por um crescimento sustentado, o que a permitiu ser autossuficiente em termos de necessidades de financiamento e de adequação de capital próprio, originando mesmo excedentes de liquidez aplicados em políticas de investimento adequadas.

No ano de 2019, dado o esforço financeiro na adjudicação das licenças e software para digitalização dos procedimentos e desenvolvimento de soluções de homebanking à empresa Credirisk, foi necessário adequar os fundos próprios da CEP às exigências regulamentares e de supervisão prudencial bancária, através de um aumento de capital no montante de 700 mil euros, realizado pela entidade titular A Beneficência Familiar.

De facto, no século XXI, não é possível manter a prática de apenas permitir a movimentação das contas presencialmente.

Em 2019 foi adquirido um novo *software* e em 2020 será contratualizado um serviço de licenciamento bancário, capaz de dar resposta às exigências do nosso negócio e às perspetivas de alargamento do mesmo.

A introdução de novos produtos/serviços e o acesso a movimentação de contas *on-line* são investimentos necessários que irão permitir uma maior divulgação da CEP e permitirão um crescimento e visibilidade da Instituição.

A CEP investiu com o objetivo de potenciar os seus ativos, aumentar notoriedade e contribuir para um aumento de elemento de vitalidade da instituição titular a ABF.

Esse crescimento orgânico permitirá dotar a CEP dos recursos e competências para a sua afirmação sustentada num outro patamar e exigências.

Durante o exercício económico de 2019, pelo impacto nas contas deste investimento, a CEP foi objeto de medidas de supervisão pelo Banco de Portugal, nas quais se incluem os aumentos de capital que se revelem necessários para adequação do capital interno aos limites mínimos prudenciais definidos pelo Regulador.

Para além do aumento de capital de 700 mil euros em 2019, também se prevê necessário novo aumento até 250 mil euros em 2020, de modo a acomodar os pagamentos em curso.

A decisão de investir assentou essencialmente no resultado de análise da rentabilidade, num horizonte temporal de 5 anos.

Nesse âmbito, a CEP apresentou no final de 2019, no âmbito das medidas de supervisão decretadas pelo Banco de Portugal, um estudo “Plano de Negócios e de Capital”, no qual são apresentadas as perspetivas de evolução de atuais e novos negócios definidos à luz da sua matriz de entidade financeira dedicada às necessidades do setor da economia social.

Este plano de negócios encontra-se em fase de revisão e aprofundamento de pressupostos, face a novos esclarecimentos solicitados já em Fevereiro de 2020 e pela adequação dos impactos esperados por esta crise pandémica que entretanto se despoletou.

O ano de 2019 caracterizou-se por uma consolidação do negócio da CEP e traduziu-se no crescimento do crédito concedido, no aumento dos depósitos, do número de associados/clientes particulares e de instituições do setor da economia social, revelador do seu dinamismo e confiança.

A conjuntura económica e social atual levanta novamente a necessidade de resposta à poupança das famílias, sobretudo através da captação de depósitos a prazo.

Perante o atual cenário económico-social, marcado por alguns constrangimentos que se refletem, inevitavelmente, na procura e utilização dos nossos serviços e restrições em adquirir e alienar títulos de dívida pública emitidos por Estados-Membros da Zona Euro com o objetivo de realização de mais-valias, bem como pela fase de investimento em que a CEP se encontra, o resultado líquido apresentado foi marginalmente negativo, no valor de 23.243€.

Investimento na Nova Sede, Imagem e Sistemas

A CEP irá mudar-se, num prazo de um ano, para modernas instalações localizadas na zona de maior movimento e atração da cidade do Porto, em frente ao renovado e reabilitado Mercado do Bolhão.

As atuais instalações da CEP, na Rua Formosa no Porto, são visíveis na **Figura 1**.



Figura 1 Atuais instalações da CEP.

A CEP irá para o novo edifício, que é propriedade da Associação Beneficência Familiar, que é responsável pelo investimento de edificação que está em curso.

Com esta obra será possível devolver à cidade do Porto um edifício reabilitado, na área envolvente do Mercado do Bolhão - património emblemático da arquitetura citadina – transformando-o num “centro de serviços”, destinado aos associados mutualistas e da Economia Social em geral, o que constitui uma mais-valia ainda com maior potencial.

A construção da nova sede irá proporcionar a consolidação de algumas oportunidades e pontos fortes tais como o aumento de criação de parcerias, a consolidação da estabilidade financeira; e uma maior visibilidade.

A nossa sede permitirá também, aliado ao programa de investimentos em curso, a eliminação ou diminuição de pontos fracos e ameaças detetadas, como a falta de diversidade de produtos/serviços, a falta de funcionalidade do espaço físico e a necessidade de uma comunicação mais clara e perceptível com os Associados.

O objetivo final desta reformulação estratégica e programa de investimentos será criar vantagens competitivas no universo das entidades da economia social.

Apresentam-se, seguidamente, as imagens do novo edifício, conforme **Figura 2, Figura 3 e Figura 4.**



Figura 2 Novas instalações da CEP, Rua Formosa, Porto.



Figura 3 Novas instalações da CEP, vista lateral, Rua Dr. Emílio Magalhães, Porto.



Figura 4 Novas instalações da CEP no prédio da ABF, corte transversal.

Está-se certo de que este novo equipamento será um polo de atração diária de centenas de pessoas, que irá contribuir para tornar ainda mais fervilhante esta área da cidade, de uma forma sustentável, contínuo no tempo, e não apenas aproveitando a atual maré turística. Ou seja, a nossa nova sede aumentará a oferta de serviços de índole social e sem fins lucrativos, colocada à disposição da cidade do Porto e da sua Área Metropolitana.

Também a imagem da CEP será renovada, conforme **Figura 5.**, encontrando-se em análise várias opções, das quais a seguinte é apresentada a título de exemplo.



Figura 5 Imagem pública da CEP do novo balcão.

Tecnologia e Informática

Para oferecer novos produtos, a CEP tem que proceder à implementação prévia de uma solução *Core Banking* que também, de uma forma complementar, dê respostas à legislação em vigor, Instruções e Avisos, e que estas respostas sejam concisas, rápidas e seguras a várias instituições principalmente ao Banco de Portugal, conforme se pode verificar na figura 6.

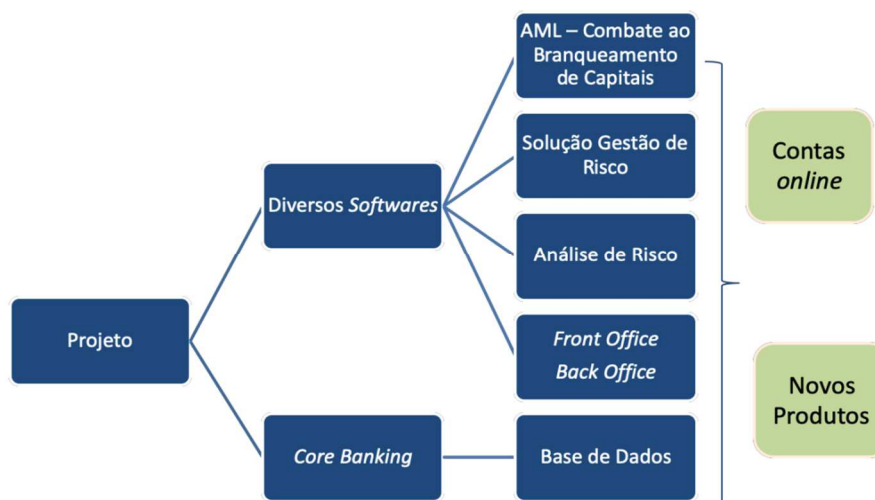


Figura 6 Implementação de solução de *Core Banking* e diversos *softwares*.

Após diversas reuniões e hipóteses alternativas que foram devidamente analisadas, a Direção da CEP adjudicou à empresa Credirisk a aquisição do *Core Banking* e a sua implementação

A adjudicação inclui o desenvolvimento de ações de *Corporate Governance/Risk Management/Organização*, serviços de profissionais de consultoria especializada e de acompanhamento.

A CEP apresentará uma imagem renovada quer no *homebanking* (**Figura 7 e Figura 8**), quer em cartões e acesso móvel (**Figura 9**).

HOME BANKING

Home



Desktop

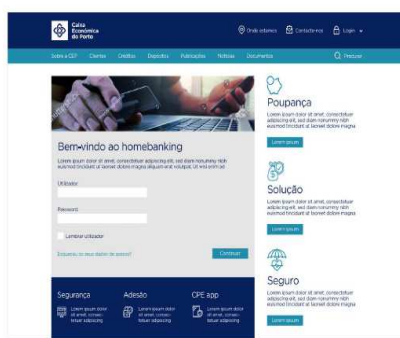


Mobile

Figura 7 Homebanking.

HOME BANKING

Login



Desktop



Mobile

Figura 8 Homebanking.



Figura 9 Cartões CEP e acesso móvel.

O valor do investimento realizado e a efetuar em 2020 está descrito no quadro seguinte:

| Investimentos | | |
|--------------------------------------|-----------|---------|
| | 2019 | 2020 |
| Implementação do Core Banking | 1.208.066 | 317.709 |

Marketing

A estratégia de marketing a implementar visa a criação de um novo Website digital, de um plano estratégico de marketing, de campanhas de atração e fidelização associados/clientes, induzindo maior consistência de comunicação e a ligação a redes sociais.

Plano Estratégico de Negócios e Capital

As três linhas de forças do Plano de Negócios e Capital da CEP, que nortearão a sua atividade a médio prazo, e que se encontra em fase de análise pelo Banco de Portugal, são as seguintes:

1. Desenvolver preferencialmente uma oferta de produtos que respondam a necessidades não satisfeitas atualmente pelo segmento de associados/clientes que elegeram: as diversas entidades coletivas que compõem a economia social e as pessoas com maiores fragilidades em termos sociais;
2. Desenvolver a sua atividade em rígido respeito pela sustentabilidade financeira da entidade CEP;
3. Complementar as outras entidades financeiras que integram o Sistema Financeiro, elegendo como prioridade produtos distintos dos de concorrência direta, procedendo à estruturação de novas respostas financeiras às necessidades dos associados/clientes.

A visão da Direção para a CEP passa pelo desenvolvimento sustentado do embrião Caixa Económica do Porto como um futuro Banco Social em Portugal, que responda a necessidades que são desde há muito transmitidas por muitos e destacados responsáveis de instituições da economia social, sem nunca perder o caráter assistencialista/capacitador dos seus associados e mutualista na atividade bancária.

Entende-se que, sendo necessário combater a pobreza sob a forma de caridade sobretudo na resposta a problemas imediatos, essa mesma resposta, a longo prazo, terá de equacionar a sustentabilidade das ações, incutindo na população-alvo as condições para se libertarem de uma forma independente de ajuda.

Autorizações concedidas a negócios entre a sociedade e os seus Diretores, nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais (CSC)

Não foram concedidos empréstimos ou créditos a diretores nem efetuados pagamentos por conta deles ou prestado garantias a obrigações por eles contraídas.

Factos Relevantes ocorridos após o termo do exercício

Face a propagação de um novo vírus, COVID 19, e a atual incerteza quanto ao seu impacto e duração, não é possível à data estimar o seu impacto nas demonstrações financeiras da CEP para o exercício de 2020.

Considerações Finais

Está-se certo de se ter apresentado aos estimados associados/clientes uma análise clara e concisa do trabalho desenvolvido ao longo do ano de 2019.

A CEP está a desenvolver a sua atividade e a investir com o objetivo de potenciar os seus ativos, aumentar notoriedade e contribuir para um aumento de elemento de vitalidade da instituição titular a ABF, adequando-se a necessidades já sentidas, e que a atual crise pandémica veio acentuar, de maior digitalização na operacionalização e desenvolvimento de produtos para os seus associados.

Atividade após encerramento exercício 2019

Foi remetido ao Banco de Portugal o Plano de Negócios e de Capital, que norteará a atividade da CEP num horizonte de 5 anos.

Após carta recebida do Departamento de Supervisão Prudencial do Banco de Portugal a 17/02/2020, a Direção da CEP encontra-se a preparar um documento mais fundamentado sobre os produtos a desenvolver, conforme solicitado por esta Entidade.

Os pressupostos de evolução da atividade considerados neste Plano de Negócios e Capital são conservadores e vão nortear uma evolução prudente e sustentável dos negócios.

Neste ano de 2020, entende-se importante consolidar aprendizagens e desenvolver testes do mercado à abordagem e produtos que se pretendem implementar e disseminar.

Este ano será também um período para a apresentação deste projeto ao mercado das IPSS, Misericórdias, Cooperativas, Mutualidades, comunidades de imigrantes, auscultando as suas necessidades de modo a apresentar as respostas financeiras adequadas.

A situação que se vive presentemente com a propagação de um novo vírus, COVID 19, tem sido também objeto de atenção e de medidas de contenção aplicadas pela Direção da CEP, de forma a manter a sua atividade em permanência em serviço possível aos seus associados/clientes.

Responsabilidade Social

A Responsabilidade Social das instituições implica a integração voluntária, por parte destas, de preocupações sociais e ambientais nas suas operações comerciais e nas suas relações com os seus interlocutores, significando ir para além do cumprimento das obrigações legais e estatutárias, investindo mais em capital humano, no ambiente e nas relações com os *stakeholders*.

As ações de Responsabilidade Social internas pautam-se pelo fomento do desenvolvimento pessoal das colaboradoras valorizando e estimulando a integração de novos saberes.

Ao nível externo defende-se uma ética nos negócios, que passa quer pelo pagamento dentro dos prazos acordados a fornecedores e ainda pela manutenção de relações estáveis e duradouras com esses *stakeholders*.

A Caixa Económica do Porto integra os objetivos sociais no domínio dos negócios que desenvolve, focando-se em oferecer produtos e serviços no domínio financeiro que permitam a inclusão financeira e resposta a problemas sociais dos seus associados/clientes.

Agradecimentos

A Direção da CEP regista com grande satisfação o seu sincero agradecimento a todos quantos contribuíram com a sua colaboração para o desenvolvimento da Caixa Económica do Porto, nomeadamente os seus colaboradores, que se empenham com seriedade, competência, profissionalismo, e acima de tudo, com humanismo, bem como à Assembleia Geral, ao Conselho Fiscal, aos Revisores Oficiais de Contas, que sempre de forma muito colaborante apoiaram a Direção na realização dos trabalhos levados a efeito e a todos os associados/clientes.

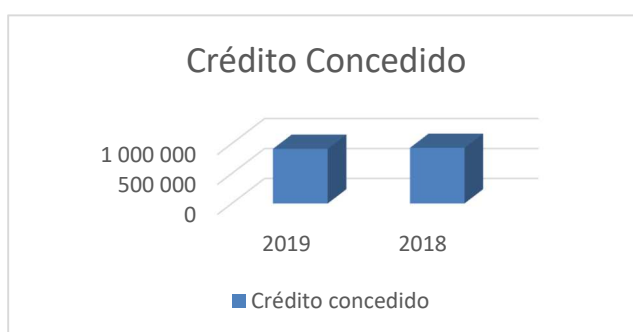
Gostaríamos de reiterar os nossos agradecimentos aos diversos Departamentos do Banco de Portugal, pela cooperação, esclarecimentos e disponibilidade, à Direção-Geral dos Regimes de Segurança Social à Autoridade Tributária pelas explanações que nos concederam e à Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) pelas presenças e esclarecimentos na realização dos leilões ao longo dos anos.

Crédito concedido:

No ano de 2019 registou-se um crescimento da atividade da Caixa Económica do Porto (CEP) e na consolidação do seu negócio nomeadamente no aumento do crédito concedido. A variação registada no quadro abaixo resulta da realização de um leilão em 28/11/2019.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 o movimento ocorrido no montante de crédito concedido, foi o seguinte:

| Crédito Concedido | |
|-------------------|---------|
| 2019 | 2018 |
| 911.492 | 927.836 |

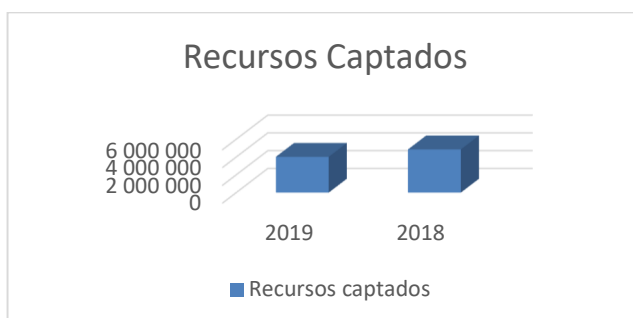


Recursos Captados:

Relativamente aos recursos captados, houve um aumento no número de associados/clientes particulares e maior interesse em abertura de contas de instituições do setor da economia social, revelador do seu dinamismo e confiança gerada. Sendo as taxas da Zona Euro negativas, a CEP em agosto diminuiu a oferta das suas taxas de depósito à ordem e a prazo, tornando-se a curto prazo menos atrativo para a poupança das famílias provocando a procura de outro tipo de ofertas no mercado financeiro.

No quadro seguinte verifica-se uma diminuição de recursos captados no valor de 834.503€.

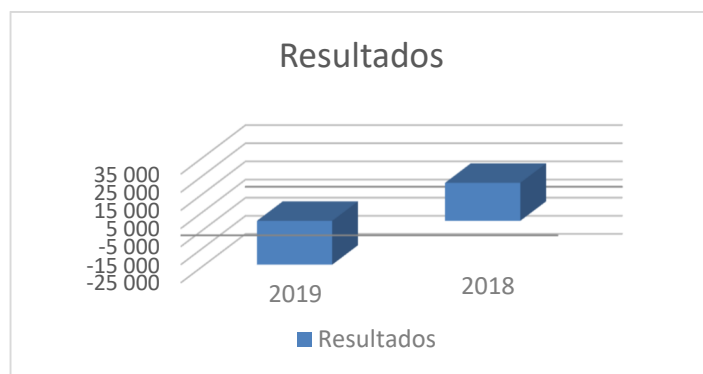
| Recursos Captados | |
|-------------------|-----------|
| 2019 | 2018 |
| 4.021.702 | 4.856.205 |



Resultados:

A Caixa Económica do Porto, apresenta em 2019, um resultado negativo, no valor de 23.247€.

| Resultados | |
|------------|--------|
| 2019 | 2018 |
| -23.247 | 21.956 |



PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Considerando que:

- a) no exercício de 2019, a Caixa Económica do Porto, apurou um resultado negativo de 23.247€;

A Direção da Caixa Económica do Porto propõe:

1. que ao resultado de 2019, seja dada a seguinte aplicação:

| | |
|-------------------------------|-----------|
| Resultados Transitados | 23 247,24 |
|-------------------------------|-----------|

Porto, 31 de março de 2020

A Direção,

Ilda Helena Martins Oliveira Ilda Helena Martins Oliveira

Fernando Ulisses Pereira Machado Fernando Ulisses Pereira Machado

Demonstração da posição financeira
dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

Unidade monetária: euro

| | Notas | 2.019 | 2.018 |
|--|-------|------------------|------------------|
| ATIVO | | | |
| Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem | | 1.466.811 | 1.033.885 |
| Dinheiro em caixa | 1 | 51.060 | 48.289 |
| Outros depósitos à ordem | 1 | 1.415.751 | 985.596 |
| Ativos financeiros detidos para negociação | | | |
| Ativos financeiros não negociáveis obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados | | | |
| Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através dos resultados | | 241.860 | |
| Títulos de dívida | 2 | 241.860 | |
| Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral | | | |
| Ativos financeiros pelo custo amortizado | | 3.622.558 | 5.667.152 |
| Empréstimos e adiantamentos | 3 | 911.143 | 927.836 |
| Aplicações em instituições de crédito | 3 | 2.710.828 | 4.738.960 |
| Investimentos detidos até à maturidade | 3 | 587 | 356 |
| Derivados - Contabilidade de cobertura | | | |
| Variação do justo valor dos elementos abrangidos pela carteira de cobertura do risco de taxa de juro | | | |
| Investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas | | | |
| Ativos tangíveis | | | |
| Ativos fixos tangíveis | 4 | | |
| Ativos intangíveis | | 1.231.210 | 26.476 |
| Outros ativos intangíveis | 5 | 1.231.210 | 26.476 |
| Ativos por impostos | | 3.477 | 2.524 |
| Ativos por impostos correntes | 6 | 3.477 | 2.524 |
| Outros ativos | 7 | 4.644 | 4.422 |
| Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda | | | |
| TOTAL DO ATIVO | | 6.570.560 | 6.734.460 |
| PASSIVO | | | |
| Passivos financeiros detidos para negociação | | | |
| Passivos financeiros contabilizados pelo justo valor através dos resultados | | | |
| Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado | | 4.035.898 | 4.875.618 |
| Depósitos | 8 | 4.035.898 | 4.875.618 |
| Derivados - Contabilidade de cobertura | | | |
| Variação do justo valor dos elementos abrangidos pela carteira de cobertura do risco de taxa de juro | | | |
| Provisões | | | |
| Passivos por impostos | | | |
| Capital social reembolsável à vista | | | |
| Outros passivos | 9 | 64.630 | 48.424 |
| Passivos incluídos em grupos para alienação classificados como detidos para venda | | | |
| TOTAL DO PASSIVO | | 4.100.528 | 4.924.042 |

| | | | |
|---|----|------------------|------------------|
| CAPITAIS PRÓPRIOS | | | |
| Capital | | 1.700.000 | 1.000.000 |
| Capital realizado | | 1.700.000 | 1.000.000 |
| Prémios de emissão | | | |
| Instrumentos de capital próprio emitidos, exceto capital | | | |
| Outro capital próprio | | | |
| Outro rendimento integral acumulado | | | |
| Elementos que não serão reclassificados em resultados | | | |
| Elementos que podem ser reclassificados em resultados | | | |
| Lucros retidos | 10 | -23.918 | 23.228 |
| Reservas de reavaliação | | | |
| Reservas de justo valor | | | |
| Outras reservas | | 793.950 | 787.189 |
| Outras | 11 | 793.950 | 787.189 |
| Primeiras diferenças de consolidação | | | |
| (-) Ações próprias | | | |
| Resultados atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe | | | |
| (-) Dividendos provisórios | | | |
| Interesses minoritários [Interesses que não controlam] | | | |
| TOTAL DOS CAPITAIS PRÓPRIOS | | 2.470.032 | 1.810.417 |
| TOTAL DO PASSIVO E DOS CAPITAIS PRÓPRIOS | | 6.570.560 | 6.734.460 |

Valores Extrapatrimoniais

Ativos recebidos em garantia 1.286.636,26 1.310.436,46

Demonstração dos Resultados
dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

| | Unidade monetária: euro | | |
|--|-------------------------|----------------|----------------|
| | Notas | 2019 | 2018 |
| Receitas de juros | 12 | 197.292 | 160.503 |
| Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através dos resultados | | 36.749 | |
| Ativos financeiros pelo custo amortizado | | 160.543 | 160.503 |
| (Despesas com juros) | 13 | 70.172 | 84.487 |
| (Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado) | | 31.393 | 39.475 |
| (Despesas com juros sobre ativos) | | 38.779 | 45.011 |
| (Despesas com capital social reembolsável a pedido) | | | |
| Receitas de dividendos | | | |
| Receitas de taxas e comissões | 14 | 14.878 | 20.259 |
| (Despesas com taxas e comissões) | 15 | 10.075 | 36.408 |
| Ganhos ou perdas (-) com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados, valor líquido | | | |
| Ganhos ou perdas (-) com ativos e passivos financeiros detidos para negociação, valor líquido | | | |
| Ganhos ou (-) perdas na negociação de ativos e passivos financeiros, valor líquido | | | |
| Ganhos ou perdas (-) com ativos financeiros não negociáveis obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados, valor líquido | | | |
| Ganhos ou perdas (-) com ativos e passivos financeiros contabilizados pelo justo valor através dos resultados, valor líquido | 16 | 28.260 | 148.728 |
| Ganhos ou (-) perdas em ativos e passivos financeiros não negociáveis, valor líquido | | | |
| Ganhos ou perdas (-) da contabilidade de cobertura, valor líquido | | | |
| Diferenças cambiais [ganhos ou perdas (-)], valor líquido | | | |
| Ganhos ou (-) perdas no desreconhecimento de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, valor líquido | | | |
| Ganhos ou perdas (-) com o desreconhecimento de ativos não financeiros, valor líquido | | | |
| Outras receitas operacionais | 17 | 10.655 | 1.182 |
| (Outras despesas operacionais) | 18 | 2.972 | 3.625 |
| TOTAL DO RESULTADO OPERACIONAL | | 167.865 | 206.152 |
| (Despesas administrativas) | 19 | 183.200 | 171.212 |
| (Despesas de pessoal) | | 132.957 | 115.316 |
| (Outras despesas administrativas) | | 50.243 | 55.896 |
| (Depreciação) | | 7.564 | 7.149 |
| Ganhos ou perdas (-) de modificação, valor líquido | | | |
| (Provisões ou reversão de provisões (-)) | | | |
| (Aumentos ou (-) reduções do fundo para riscos bancários gerais, valor líquido) | | | |
| (Imparidades ou reversão de imparidades (-) de ativos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados) | | 348 | |
| (Imparidades ou reversão de imparidades (-) de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas) | | | |
| (Imparidades ou reversão de imparidades (-) de ativos não financeiros) | | | |
| Goodwill negativo reconhecido nos resultados | | | |
| Proporção dos lucros ou prejuízos (-) de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas contabilizada pelo método da equivalência patrimonial | | | |
| Lucros ou prejuízos (-) com ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda não elegíveis como unidades operacionais descontinuadas | | | |
| Lucros ou prejuízos (-) de unidades operacionais contínuas antes de impostos | | -23.247 | 27.792 |
| (Despesas ou receitas (-) com impostos relacionadas com os resultados de unidades operacionais contínuas) | 20 | | 5.836 |
| Lucros ou prejuízos (-) de unidades operacionais contínuas após impostos | | | |
| Lucro extraordinário ou (-) perda de unidades operacionais contínuas antes impostos | | | |
| Lucro extraordinário ou (-) perda de unidades operacionais contínuas após impostos | | | |
| (Despesas ou (-) receitas relacionadas a lucros ou perdas extraordinárias) | | | |
| Lucros ou prejuízos (-) de unidades operacionais descontinuadas após dedução de impostos | | | |
| LUCROS OU PREJUÍZOS (-) DO EXERCÍCIO | | -23.247 | 21.956 |
| Atribuíveis a interesses minoritários [interesses que não controlam] | | | |
| Atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe | | -23.247 | 21.956 |

**Demonstração de Outro Rendimento Integral
dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018**

| | Unidade monetária: euros | |
|--|--------------------------|---------------|
| | 2019 | 2018 |
| Lucros ou prejuízos (-) do exercício | -23 247 | 21 956 |
| Outro rendimento integral | | |
| Elementos que não serão reclassificados em resultados | | |
| Elementos que podem ser reclassificados em resultados | | |
| Rendimento integral do exercício | -23 247 | 21 956 |
| Atribuíveis a interesses minoritários [interesses que não controlam] | | |
| Atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe | -23 247 | 21 956 |

**Demonstração das alterações no capital próprio
dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018**

| | Capital | Reservas Estatutárias | Outras Reservas | Resultados transitados | Resultado do exercício | Capitais Próprios |
|---|------------------|-----------------------|-----------------|------------------------|------------------------|-------------------|
| Saldos em 1 de janeiro de 2018 | 1 000 000 | 273 110 | 327 156 | 186 243 | 2 719 | 1 789 229 |
| Aumento de Capital por incorporação de reservas | | | | | | |
| Transferência de reservas | | | | | | |
| Regularizações | | | | 1 272 | | |
| Incorporação em reservas do resultado líquido de 2016 | | | 186 923 | -186 243 | -2 719 | |
| Resultado líquido de 2018 | | | | | 21 956 | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | 1 000 000 | 273 110 | 514 079 | 1 272 | 21 956 | 1 810 417 |
| Aumento de Capital | 700 000 | | | | | |
| Transferência de reservas | | | | | | |
| Regularizações | | | | -671 | | |
| Aplicação dos resultados de 2018 | | | 6 761 | -1 272 | -21 956 | |
| Resultado líquido de 2019 | | | | | -23 247 | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | 1 700 000 | 273 110 | 520 840 | -671 | -23 247 | 2 470 032 |

Demonstração dos fluxos de Caixa
dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

| | Unidade monetária: euro | |
|--|-------------------------|------------------|
| | 2019 | 2018 |
| Fluxos de caixa de atividades operacionais | | |
| Juros e proveitos recebidos | 198.570 | 161.469 |
| Juros e custos pagos | -70.172 | -90.066 |
| Serviços e comissões | 14.878 | 20.259 |
| Contribuições para o fundo de pensões | 0 | 0 |
| Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores | -129.862 | -114.693 |
| Outros custos e proveitos pagos/recebidos | -2.728 | -162.875 |
| | 10.686 | -185.907 |
| Variação nos ativos e passivos operacionais: | | |
| Disponibilidades em bancos centrais | | |
| Ativos e passivos financeiros detidos para negociação | -241.860 | |
| Aplicações em instituições de crédito | 2.027.600 | -790.052 |
| Recursos de bancos centrais | | |
| Recursos de instituições de crédito | | |
| Crédito a clientes | -16.345 | 2.383 |
| Recursos de clientes | -834.502 | 832.441 |
| Derivados para gestão de risco | | |
| Outros ativos e passivos operacionais | | |
| Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais, antes de impostos | | |
| sobre os lucros | 945.578 | -141.135 |
| Impostos sobre os lucros pagos / recebidos | 354 | 84.648 |
| | 945.224 | -225.783 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento | | |
| Aquisição de investimentos em subsidiárias | | |
| Dividendos recebidos | | |
| Investimentos detidos até à maturidade | | 354.532 |
| Compra de imobilizações | -1.212.297 | -10.886 |
| | -1.212.297 | 343.647 |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento | | |
| Dividendos de acções ordinárias pagos | 0 | 0 |
| Instrumentos representativos de capital | 700.000 | 0 |
| Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento | 700.000 | 0 |
| | | |
| Variação líquida em caixa e seus equivalentes | 432.926 | 117.863 |
| | | |
| Caixa e equivalentes no início do período | 1.033.885 | 916.022 |
| Efeito da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes | 0 | 0 |
| Caixa e equivalentes no fim do período | 1.466.811 | 1.033.885 |
| Variação líquida em caixa e seus equivalentes | 432.926 | 117.863 |
| Caixa e equivalentes engloba: | | |
| Caixa | 51.060 | 48.289 |
| Depósitos à Ordem | 1.415.751 | 985.596 |
| | 1.466.811 | 1.033.885 |

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**NOTA PRÉVIA**

A Caixa Económica do Porto, instituição de crédito anexa à Beneficência Familiar do Porto (ASM) enquadra-se no regime estabelecido no Dec-Lei n.º 190/2015, de 10 de setembro, podendo exercer todas as atividades nele previstas.

A CEP é uma instituição de crédito que, no âmbito da sua atividade, pratica empréstimos sobre penhores com garantia real de objetos em ouro e pedras preciosas. Atua na captação de depósitos à ordem e a prazo da pequena poupança e não detém participações em outras empresas pelo que a informação apresentada foi realizada em base individual.

Convém referir, também, que, no que toca a atividade creditícia, integramo-nos e estamos submetidos às orientações estabelecidas no Decreto-Lei n.º 160/2015, de 11 de agosto.

Em ordem a conhecer-se, com suficiente precisão, a atividade praticada, cumpre esclarecer:

Só operamos com residentes;

- Na área do crédito, circunscrita a empréstimos sobre penhores, supõe-se que o financiamento, todo ele, se destina ao consumo;
- A garantia prestada é, de fato real; e a margem de segurança observada permite que os objetos incursos no leilão atinjam um valor que supere, por largo, a dívida acumulada, originando, por isso, um crédito a favor dos mutuários, denominado remanescente;
- Não praticamos operações de locação financeira;
- A CEP classifica em crédito vencido as prestações vencidas de capital e/ou juros ocorridos que continuem a ser devidos após 30 dias do seu vencimento.

Assim:

Salienta-se que a estrutura dos custos e proveitos gerou boa liquidez dos ativos da Instituição, permitindo responder com eficiência às necessidades que possam ocorrer.

BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**1.1 BASES DE APRESENTAÇÃO**

O Banco de Portugal, no uso da competência que lhe é conferida pelo nº 1 do artigo 115º do Regime Geral das Instituições de Crédito e sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro, e pelo artigo 5º do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, determinou que devem ser elaboradas as demonstrações financeiras em base individual de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), tal como adotadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia e respeitando a estrutura conceptual para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras que enquadra aquelas normas.

AS IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC)*, e pelos respetivos órgãos antecessores.

Assim, no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho e do Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2015, de 7 de dezembro, as demonstrações financeiras da CEP são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

As demonstrações financeiras estão expressas em euros e reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e foram preparadas de acordo com as NIC, as quais incluem as IFRS em vigor tal como adotados na União Europeia até 31 de dezembro de 2019.

IFRS Divulgações**Impacto das normas (novas e alterações) que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2019****a) IFRS 16 – Locações (Regulamento (CE) N.º 2017/1986, de 31 de outubro)**

A IFRS 16, com aplicação a partir de 1 de janeiro de 2019, substitui a IAS 17 – Locações e as interpretações associados com impacto significativo na contabilização efetuada pelos locatários, que são obrigados a reconhecer, nas locações operacionais:

um passivo de locação refletindo futuros pagamentos, descontados segundo a taxa incremental de financiamento à data da aplicação inicial;

um ativo pelo valor do passivo, ajustado de eventuais acréscimos e diferimentos reconhecidos na Posição Financeira de “direito de uso” para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor.

A definição de contrato de locação baseia-se no “direito de controlar o uso de um ativo identificado”.

A alteração desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da CEP.

b) Alteração à IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (Regulamento (CE) N.º 2018/498, de 22 de março)

A alteração à IFRS 9 permite a classificação/mensuração de ativos financeiros ao custo amortizado incluindo os elementos de pré-pagamento com compensação negativa.

É ainda clarificado que quando se verifique uma mudança de condições de um passivo financeiro que não dê origem ao desreconhecimento, a diferença de mensuração tem de ser registada de imediato nos resultados do exercício.

A alteração desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da CEP.

b) Alteração à IAS 19 - Benefícios dos Empregados (Regulamento (CE) N.º 2019/402 de 13 de março)

A alteração à IAS 19 atualiza o pressuposto na determinação do custo do serviço atual e os juros líquidos para o período remanescente após a alteração, redução ou liquidação do plano.

As entidades devem reconhecer no resultado do exercício qualquer redução no excedente de cobertura, mesmo que este não tenha sido reconhecido anteriormente devido ao impacto do *asset ceiling* (valor presente de quaisquer benefícios económicos disponíveis na forma de reembolsos do plano ou redução nas contribuições futuras para o plano de benefícios definido), o qual deve ser registado em Outro rendimento integral.

A alteração desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da CEP.

c) Alteração à IAS 28 - Investimentos em Associadas (Regulamento (CE) N.º 2019/237 de 8 de fevereiro)

A alteração à IAS 28 clarifica que os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos que não sejam mensurados através do método de equivalência patrimonial devem ser contabilizados de acordo com a IFRS 9 e sujeitos às regras de imparidade definidas pela norma.

A alteração desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da CEP.

d) Ciclo anual de melhorias 2015-2017

O ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos:

- ✓ IAS 23 – Custos de empréstimos obtidos (Regulamento (CE) N.º 2019/412 de 14 de março)

São incluídos os custos dos empréstimos obtidos especificamente para financiar ativos qualificáveis na determinação da taxa de média ponderada dos custos de empréstimos genéricos obtidos.

- ✓ IAS 12 – Impostos sobre o rendimento (Regulamento (CE) N.º 2019/412 de 14 de março)

O impacto fiscal da distribuição de dividendos deve ser reconhecido na data em que é registada a responsabilidade de pagar, devendo ser reconhecido por contrapartida de resultados do exercício, outro rendimento integral ou capital próprio consoante a rubrica onde a entidade registou originalmente a transação ou evento que deu origem aos dividendos.

- ✓ IFRS 3 – Concentrações de atividades empresariais e IFRS 11 – Acordos conjuntos (Regulamento (CE) N.º 2019/412 de 14 de março)

Esta melhoria clarifica que:

- i. na obtenção de controlo sobre um negócio que é uma operação conjunta, os interesses detidos anteriormente pelo investidor são remensurados ao justo valor;
- ii. um investidor numa operação conjunta (não exerce controlo conjunto) que obtém controlo conjunto numa operação conjunta que é um negócio, não remensura o interesse detido anteriormente, ao justo valor.

As melhorias apresentadas não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da CEP.

Impacto das novas interpretações que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2019

- a) IFRIC 23 – Incertezas relativas ao tratamento do imposto sobre rendimento (Regulamento (CE) N.º 2018/1595, de 23 de outubro)**

A IFRIC 23 corresponde a uma interpretação à IAS 12 – ‘Imposto sobre o rendimento’, referindo-se aos requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar quando existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração Fiscal. Em caso de incerteza quanto à posição da Administração Fiscal sobre uma transação específica, a entidade deverá efetuar a sua melhor estimativa e registar os ativos ou passivos por imposto sobre o rendimento à luz da IAS 12, e não da IAS 37 – ‘Provisões, passivos e ativos contingentes’, com base na estimativa do valor esperado ou do valor mais provável.

Não é exetável que esta interpretação tenha impacto nas demonstrações financeiras da CEP.

Impacto (novas normas e alterações) às normas endossadas pela UE, mas ainda não efetivas que se iniciam a 1 de janeiro de 2020

- a) Alteração à IAS 1 e IAS 8 – Definição de material (Regulamento (EU) N.º 2019/2104, de 29 de novembro)**

Como consequência desta alteração na IAS 1, a definição de material na IAS 8 foi substituída por uma referência à definição indicada na IAS 1, evitando a duplicação de definição nas Normas.

A entidade deve avaliar a materialidade considerando as demonstrações financeiras como um todo. Quanto aos principais utilizadores destas demonstrações é clarificado ainda que estes são definidos como “atuais e futuros investidores, financiadores e credores”.

b) Alteração à Estrutura Conceptual

Como resultado da publicação da nova Estrutura Conceptual, o IASB introduziu alterações no texto de várias normas e interpretações, como: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22, SIC 32, de forma a clarificar a aplicação das novas definições de ativo/passivo e de gasto/rendimento, além de algumas das características da informação financeira.

Não é exetável que a adoção destas normas tenha impacto nas demonstrações financeiras da CEP.

Impacto (novas normas e alterações) às normas ainda não endossadas pela EU

a) Alteração à IFRS 3 – Definição de negócio

Para efeitos de contabilização de concentrações de atividades empresariais, a definição de negócio exige que uma aquisição inclua um *input* e um processo substancial que conjuntamente gerem outputs (bens e serviços que sejam prestados a clientes). São ainda permitidos “testes de concentração”, os quais, quando positivos, isentam a entidade de avaliação adicional, sobre se trata da aquisição de um ativo ou de um negócio.

b) Alterações às IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 – Reforma das taxas de juro de referência

Com o impacto que pode ocorrer pela substituição de taxas de juro de referência, como a EURIBOR e outras taxas de juro interbancárias, o IASB criou as seguintes isenções à aplicação da contabilidade de cobertura: i) componentes de risco; ii) requisito “altamente provável”; iii) avaliação prospetiva; iv) teste de eficácia retrospectivo (se aplicação da IAS 39); v) reciclagem da reserva de variação de justo valor no capital próprio. As ineficiências de cobertura devem continuar a ser reconhecidas na demonstração dos resultados.

c) IFRS 17 – Contratos de seguro

A IFRS 17 substitui a IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. Para os contratos de serviços de taxa fixa, cujo principal objetivo é a prestação de serviços, as entidades têm a opção de contabilizar de acordo com a IFRS 17 ou a IFRS 15

A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, a cada data de relato. A mensuração corrente pode assentar num modelo completo (“building block approach”) ou simplificado (“premium allocation approach”). O reconhecimento da margem técnica é diferente consoante esta seja positiva ou negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva.

Não é exetável que a adoção destas normas tenha impacto nas demonstrações financeiras da CEP.

1.1.1 Continuidade

Com base na informação disponível, a CEP elaborou as suas demonstrações financeiras no pressuposto de que é uma entidade de continuidade e de que continuará no futuro previsível.

1.1.2 Contabilidade em regime de acréscimo

Os elementos das demonstrações financeiras foram reconhecidos de acordo com o regime contabilístico do acréscimo. Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando ocorram, sendo registados nos períodos com os quais se relacionam.

1.1.3 Materialidade e agregação

Na preparação das demonstrações financeiras as classes de material de itens semelhantes estão apresentadas separadamente. Quando o item não for individualmente material, é agregado a outros itens, nas demonstrações e nas notas.

1.1.4 Compensação

Uma entidade não deve compensar ativos e passivos ou rendimentos e gastos, a menos que tal seja exigido ou permitido por uma IFRS. As quantias dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos, foram relatados separadamente.

1.1.5 Frequência de relato

A CEP apresenta anualmente, na emissão do Relatório e Contas, um conjunto completo de demonstrações financeiras referente ao período de relato.

1.1.6 Informação comparativa

Uma entidade deve divulgar informação comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras do período corrente.

No conjunto das demonstrações financeiras apresentadas e nas respetivas notas, são divulgadas as quantias do período de exercício e do ano anterior.

1.1.7 Alteração da política contabilística, reexpressão retrospectiva ou reclassificação

Uma entidade deve apresentar uma terceira demonstração da posição financeira no início do período precedente quando aplica uma política contabilística retrospectivamente, faz uma reexpressão retrospectiva de itens nas suas demonstrações financeiras ou reclassifica itens nas suas demonstrações financeiras e se esta aplicação tiver impacto significativo sobre a informação contida na demonstração da posição financeira no início do período precedente.

Conforme já referido na nota 1.2.1.1 em 2019 foi realizado pela primeira vez o modelo de perdas esperadas, não justificando a reexpressão das contas do período anterior, pelo facto da Direção conhecer o mercado há longa data, e tendo experimentado raríssimas perdas. A CEP vem mantendo uma política de crédito tolerante em relação à situação de liquidez e *cash flow* dos mutuários mas absolutamente intransigente quanto à qualidade do colateral.

1.2 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Conforme o disposto no parágrafo 117 da IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras, uma entidade deve divulgar as suas políticas contabilísticas incluindo as bases de mensuração e outras que sejam relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

Divulgação sobre políticas e incertezas relacionadas com estimativas

As áreas em que foram utilizadas estimativas e pressupostos, se resume às perdas por imparidades em créditos concedidos.

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

1.2.1 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data de negociação ou contratação.

1.2.1.1 Ativos e passivos financeiros pelo custo amortizado

No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu justo valor, nomeadamente o valor da transação. Na mensuração subsequente, são mensurados pelo custo amortizado, ou seja, pela quantia mensurada no reconhecimento inicial deduzida dos reembolsos de capital, acrescida ou deduzida de amortização acumulada usando o método do juro efetivo de qualquer diferença entra essa quantia inicial e à data do vencimento, e para os ativos, ajustada por eventuais provisões para perdas.

Os saldos apresentados não se encontram mensurados ao custo amortizado. No entendimento da Direção o valor apurado é considerado materialmente irrelevante.

✓ Empréstimos e contas a receber

Os empréstimos e contas a receber compreendem os créditos concedidos a associados/clientes, nomeadamente os empréstimos sobre penhores.

Aquando da concessão do crédito é considerada uma margem de segurança que previne perdas eventuais e em caso de flutuações de mercado, não coloca em risco a Instituição, visto o valor do empréstimo ser, por via de regra, aproximadamente de 70% do valor de mercado da garantia. Em caso de incumprimento, garantem o capital mutuado e respetivos encargos.

Periodicamente são realizadas auditorias no âmbito da avaliação dos ativos recebidos em garantia, para certificar a qualidade da carteira de crédito, abrangendo os novos créditos concedidos, bem como elementos da carteira de crédito de maior sensibilidade. Estas auditorias são realizadas por um avaliador registado na Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

A Instituição classifica em crédito vencido as prestações vencidas de capital e/ou juros decorridos que continuem a ser devidos após 30 dias do seu vencimento.

A instituição avalia mensalmente a exposição ao risco de crédito incluindo as concentrações significativas através da cotação do ouro definido diariamente, e que é exposto para informação dos nossos associados/clientes. A atividade da CEP e a forma como está desenvolvida, permite concluir que o crédito concedido e juros vencidos são sempre recuperáveis devido ao valor do empréstimo ser aproximadamente 70% do valor de mercado da garantia e pela execução da garantia através da realização de leilões.

A Caixa Económica do Porto – Caixa anexa adotou pela primeira vez o modelo de perdas esperadas conforme o previsto na *International Financial Reporting Standard – IFRS 9* e as disposições incluídas na Carta Circular n.º CC/2018/00000062, de 14 de novembro, do Banco de Portugal. O modelo de perdas esperadas, realizado sobre o crédito concedido com referência a 31 de dezembro de 2019, no valor total de 911.492€, apurou uma perda por imparidade global no valor de 348,04€.

✓ Aplicações em instituições de crédito

As aplicações em instituições de crédito estão constituídas em depósitos a prazo em diversas instituições para obtenção de melhor taxa de rendimento. A este valor são acrescidos o valor dos juros a receber.

Os juros são calculados mensalmente em função do prazo e a taxa contratada.

✓ Depósitos

Os depósitos são considerados passivos financeiros devido à sua obrigação contratual da liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro.

Nesta rubrica são incluídos os recursos de associados/clientes e os encargos a pagar, nomeadamente os juros de recursos a associados/clientes.

1.2.1.2 Ativos pelo justo valor através de lucros e prejuízos

Segundo o estipulado na IFRS 9, o critério para classificação de ativos financeiros dependerá tanto do modelo de gestão de negócio como das características dos fluxos de caixa contratuais desses ativos.

Num modelo de justo valor, a CEP detinha a 31 de dezembro de 2019, os seguintes títulos de dívida:

| Título | Obrigações do Tesouro | Quantidade | Preço de Aquisição | Valor do Balanço |
|-------------|---------------------------------|------------|--------------------|------------------|
| PTOTBOE0020 | Portugal (Dívida soberana) OTRV | 145.000 | 166,80% | 241.860 |

1.2.2 Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis são valorizados ao custo de aquisição, o qual pode incluir despesas diretamente atribuíveis à aquisição de ativos.

Os custos subsequentes são reconhecidos apenas se for provável que deles resultem benefícios económicos futuros.

Na posição financeira, ao valor do custo são deduzidas as respetivas amortizações acumuladas. As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimada. O cálculo inicia-se quando o bem está disponível para uso.

No final de cada período de relato, deve-se avaliar se há qualquer indicação de que um ativo possa estar com imparidade. Se qualquer indicação existir, a entidade deve estimar a quantia recuperável do ativo. Um ativo está com imparidade quando a sua quantia escriturada exceda a quantia recuperável.

1.2.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são valorizados ao custo de aquisição. Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Instituição necessárias à sua implementação.

Nos casos em que sejam cumpridos os requisitos definidos na Norma Internacional de Contabilidade 38 – Ativos Intangíveis, os custos internos diretos incorridos no desenvolvimento de *software*, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são capitalizados e registados como ativos intangíveis.

Os restantes encargos relacionados com serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes.

1.2.4 Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um ato significativo são reconhecidos em resultados quando o ato significativo tiver sido concluído;
- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

1.2.5 Benefícios a empregados

A CEP encontra-se sujeita ao Regime Geral de Segurança Social. No que se refere ao plano de benefícios em termos de pensões de reforma por velhice, pensões de reforma por invalidez ou pensões de sobrevivência, não existem quaisquer responsabilidades em pagar.

1.2.6 Provisões

Esta rubrica inclui provisões constituídas para fazer face a risco específicos, como contingências fiscais, processos judiciais e outras perdas estimadas decorrentes da atividade.

São reconhecidas provisões quando (i) a CEP tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

1.2.7 Impostos sobre lucros

A CEP encontra-se sujeita ao regime geral estabelecido no código de IRC (Imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas).

Os impostos correntes são calculados com base na taxa em vigor em Portugal. Conforme o estabelecido no artigo 87º do CIRC, a taxa de IRC em vigor é de 21%.

A derrama estadual é para sujeitos passivos que exerçam a título principal atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e cujo lucro tributável seja superior a 1.500.000€. Enquanto que a derrama municipal, segundo o nº 1 do artigo 18.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, pode ser deliberada pelos municípios até um limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território.

Devido à natureza da atividade exercida pela CEP, não existe lugar a pagamento de derrama estadual e de derrama municipal.

Os impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais. A 31 de dezembro de 2019 não houve reconhecimento de impostos diferidos.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
1) CAIXA E SALDOS DE CAIXA EM BANCOS CENTRAIS

A Direção da CAIXA ECONÓMICA DO PORTO tem ponderado que os valores aplicados em instituições financeiras devem ser distribuídos por mais Instituições reduzindo, assim, o risco de concentração.

As aplicações financeiras estão constituídas em depósitos à ordem e a prazo em instituições nacionais por obtenção de melhor taxa de rendimento, sendo exercido um frequente controlo dessas aplicações junto das respetivas Instituições.

Os Depósitos à Ordem são refletidos na rubrica “Outros depósitos à ordem”. No quadro seguinte é apresentado a distribuição destes depósitos pelas instituições financeiras em 31 de dezembro de 2019:

| Instituição Bancária | D. Ordem |
|----------------------|------------------|
| Montepio Geral | 71.370 |
| CGD | 220.543 |
| Novo Banco | 16.313 |
| BIC | 5.499 |
| Santander | 13.988 |
| BPI | 21 |
| Finantia | 62 |
| BIG | 6.322 |
| Banco Carregosa | 100.472 |
| Banco BNI Europa | 891 |
| CCA | 975.270 |
| Millennium BCP | 4.999 |
| Total | 1.415.751 |

2) ATIVOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE LUCROS E PREJUÍZOS

Em 31 de Dezembro de 2019 a CEP detinha títulos de dívida pública portuguesa.

| Título | Obrigações do Tesouro | Quantidade | Preço de Aquisição | Valor do Balanço |
|--------------|---------------------------------|------------|--------------------|------------------|
| PTOTEBOE0020 | Portugal (Dívida soberana) OTRV | 145.000 | 166,80% | 241.860 |

3) ATIVOS PELO CUSTO AMORTIZADO

- ✓ Empréstimos e contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2019, o crédito apresenta a seguinte estrutura, por prazos residuais de vencimento:

| | |
|-----------------------------------|----------------|
| Crédito Interno | 141.977 |
| Até 3 meses | 363.468 |
| De 3 até 6 meses | 303.555 |
| De 6 até 12 meses | 79.235 |
| De 12 até 36 meses | 20.977 |
| De 36 meses e superior a 60 meses | 2.279 |
| Crédito Bruto | 911.492 |

| | |
|------------------|-----|
| Perdas esperadas | 348 |
|------------------|-----|

| | |
|----------------|----------------|
| Crédito | 911.143 |
|----------------|----------------|

- ✓ Aplicações em instituições de crédito

As aplicações em Instituições de crédito são referentes aos depósitos a prazo, no valor de 2.702.400€, em conjunto com os Juros a receber no valor de 8.427€.

| Instituição Bancária | D. Prazo |
|---------------------------|-----------|
| Montepio Geral | 650.000 |
| Finantia | 1.000.000 |
| BIG | 250.000 |
| Banco BNI Europa | 500.000 |
| Banco Português de Gestão | 302.400 |

| | |
|--------------|------------------|
| Total | 2.702.400 |
|--------------|------------------|

- ✓ Investimentos detidos até à maturidade

A 31 de dezembro de 2019 esta rubrica inclui os montantes relativos ao fundo de compensação (586€).

4) ATIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

| 2019 | | |
|------------------------------------|----------------------------|--------|
| | Equipamento administrativo | Total |
| Ativos | | |
| Saldo inicial | 26.137 | 26.137 |
| Aquisições | 0 | 0 |
| Saldo final | 26.137 | 26.137 |
| Depreciações acumuladas | | |
| Saldo inicial | 26.137 | 26.137 |
| Depreciações do exercício | 0 | 0 |
| Perdas por imparidade do exercício | 0 | 0 |
| Reversões de perdas por imparidade | 0 | 0 |
| Saldo final | 26.137 | 26.137 |
| Activos líquidos | 0 | 0 |

5) ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido no montante dos outros ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

| 2019 | | | |
|--------------------------------|-------------------------|-----------------------------|-----------|
| | Programas de computador | Ativos intangíveis em curso | Total |
| Ativos | | | |
| Saldo inicial | 146.126 | 0 | 146.126 |
| Aquisições | 4.231 | 1.208.066 | 1.212.297 |
| Alienações/abates | 0 | 0 | 0 |
| Transferências | 0 | 0 | 0 |
| Abates | 0 | 0 | 0 |
| Outras variações | 0 | 0 | 0 |
| Saldo final | 150.357 | 1.208.066 | 1.358.423 |
| Amortizações acumuladas | | | |
| Saldo inicial | 119.649 | 0 | 119.649 |
| Amortizações do exercício | 7.564 | 0 | 7.564 |
| Alienações/abates | 0 | 0 | 0 |
| Transferências | 0 | 0 | 0 |
| Abates | 0 | 0 | 0 |
| Outras variações | 0 | 0 | 0 |
| Saldo final | 127.213 | 0 | 127.213 |
| Ativos líquidos | | | 1.231.210 |

6) ATIVOS POR IMPOSTOS

A rubrica “Ativos por impostos correntes” é constituída pelos seguintes movimentos:

| | 2019 | 2018 |
|----------------------------|--------------|--------------|
| Pagamentos por Conta | 189 | 0 |
| Retenção Impostos na Fonte | 3.288 | 2.524 |
| Total | 3.477 | 2.524 |

7) OUTROS ATIVOS

A rubrica é constituída pelos seguintes movimentos:

| | 2019 | 2018 |
|---------------------------------|--------------|--------------|
| Outros Metais Preciosos | 3.507 | 3.507 |
| Despesas com Encargos Diferidos | 1.137 | 915 |
| Total | 4.644 | 4.422 |

As despesas com encargos diferidos em 2019 são referentes aos montantes do seguro de valores relativos ao período de 2020.

8) PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO

Em 31 de dezembro de 2019, a rubrica de “Depósitos” apresenta o seguinte resultado: 4.035.898€, resultante do somatório do total de Responsabilidades (4.021.702€) e os Encargos a pagar, nomeadamente os juros de recursos de clientes (14.196€). Em 31 de dezembro de 2018, esta rubrica apresentava um resultado de 4.875.618€.

No quadro seguinte é apresentado o número de depositantes de acordo com o valor global dos saldos:

| | Nº Depositantes | Montante dos Depósitos |
|-----------------------------------|-----------------|------------------------|
| D ≤ 10.000 | 217 | 564.489 |
| 10.000 < D ≤ 25.000 | 53 | 870.891 |
| 25.000 < D ≤ 50.000 | 28 | 1.019.425 |
| 50.000 < D ≤ 100.000 | 15 | 1.119.529 |
| D > 100.000 | 4 | 447.368 |
| Total de Responsabilidades | 317 | 4.021.702 |

9) OUTROS PASSIVOS

A rubrica “Outros Passivos” reflete os seguintes movimentos:

| | 2019 | 2018 |
|---|---------------|---------------|
| Fornecedores | 251 | 563 |
| A Beneficência Familiar - Associação de Socorros Mútuos | 21.035 | 9.484 |
| Outras exigibilidades | 17.564 | 24.577 |
| Encargos a Pagar | 25.781 | 13.800 |
| | 64.630 | 48.424 |

10) LUCROS RETIDOS

A rubrica “Lucros Retidos” reflete os seguintes movimentos:

| | 2019 | 2018 |
|--------------------------------|----------------|---------------|
| Resultado líquido do exercício | -23.247 | 21.956 |
| Resultados transitados | -671 | 1.272 |
| | -23.918 | 23.228 |

11) OUTRAS RESERVAS

A rubrica “Outras Reservas” reflete os seguintes movimentos:

| | 2019 | 2018 |
|----------------------------|----------------|----------------|
| Reserva estatutária | 273.110 | 273.110 |
| Outras Reservas | | |
| Reserva geral | 484.800 | 488.512 |
| Reserva especial | 36.041 | 25.567 |
| | 520.840 | 514.079 |
| Total | 793.950 | 787.189 |

12) RECEITAS DE JUROS

O valor desta rubrica é composto por:

| | 2019 | 2018 |
|---|----------------|----------------|
| Juros de disponibilidades em outras instituições de crédito | 83 | 0 |
| Juros de aplicações em instituições de crédito | 28.944 | 26.150 |
| Juros de crédito a clientes | 129.997 | 133.095 |
| Juros de mora de crédito vencido | 1.519 | 1.257 |
| Juros de ativos financeiros | 36.749 | 0 |
| | 197.292 | 160.503 |

13) DESPESAS COM JUROS

O valor desta rubrica é composto por:

| | | |
|---|---------------|---------------|
| Juros de recursos de clientes - A Ordem | 255 | 313 |
| Juros de recursos de clientes - A Prazo | 31.138 | 39.162 |
| Juros de responsabilidades (obrigações) | 38.779 | 45.011 |
| | 70.172 | 84.487 |

14) RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Em 31 de dezembro de 2019, esta rubrica, no montante de 14.878€ (31 de dezembro de 2018: de 20.259€) é composta pelas comissões de avaliações.

15) ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Em 31 de dezembro de 2019, esta rubrica, no montante de 10.075€ (31 de dezembro de 2018: 36.408€) é composta pelos encargos com os serviços bancários.

16) RESULTADOS DE ATIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Em 31 de dezembro de 2019, esta rubrica, no montante de 28.260€, corresponde aos ganhos obtidos nas operações de compra e venda de obrigações de tesouro efetuadas ao longo do ano.

17) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2019, esta rubrica, no montante de 10.655€, corresponde a outros ganhos e rendimentos operacionais como o reembolso de despesas e ao valor de remanescente do leilão de novembro de 2018 não reclamado pelos associados. A 31 de dezembro de 2018 o valor de 1.182€ corresponde apenas ao reembolso de despesas.

18) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

O valor desta rubrica é composto por:

| | 2019 | 2018 |
|--------------------------------------|--------------|--------------|
| Quotizações e donativos | 0 | 750 |
| Contribuições para o FGD | 10 | 10 |
| Contribuições para o Fundo Resolução | 1.829 | 1.626 |
| Contribuição para o Sector Bancário | 180 | 605 |
| Outros encargos | 952 | 634 |
| | 2.971 | 3.625 |

19) DESPESAS ADMINISTRATIVAS

✓ Despesas de Pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

| | 2019 | 2018 |
|---|----------------|----------------|
| Remunerações dos órgãos de gestão e de fiscalização | 73.142 | 63.217 |
| Remuneração de empregados | 36.053 | 31.008 |
| Encargos sociais obrigatórios | 23.544 | 21.091 |
| Outros custos com pessoal | 218 | 0 |
| Gastos com pessoal | 132.957 | 115.316 |

O número de pessoas ao abrigo da Caixa Económica do Porto em 31 de dezembro de 2019 foi o seguinte:

Trabalhadores: 4

As remunerações dos órgãos de gestão são as seguintes:

| | Base/mensal | Diuturnidade/mensal | S.Alim/dia |
|----------------------------------|-------------|---------------------|------------|
| Ilda Helena Martins Oliveira | 2.150 | 42 | 4 |
| Fernando Ulisses Pereira Machado | 2.150 | 42 | 4 |

Os encargos sociais obrigatórios referem-se às contribuições à Segurança Social, ao Fundo de garantia de compensação do trabalho e o seguro de acidente de trabalho.

✓ Outras despesas administrativas

O valor desta rubrica é composto por:

| | 2019 | 2018 |
|--------------------------------------|---------------|---------------|
| Água energia e combustíveis | 517 | 526 |
| Material de consumo corrente | 3.230 | 1.965 |
| Material de higiene e limpeza | 31 | 49 |
| Rendas e alugueres | 5.337 | 5.281 |
| Comunicações | 3.444 | 4.485 |
| Deslocações, estadas e representação | 3.737 | 3.854 |
| Publicidade e edição de publicações | 3.761 | 4.128 |
| Conservação e reparação | 490 | 663 |
| Formação de pessoal | 4.592 | 7.781 |
| Seguros - valores | 8.619 | 8.655 |
| Avenças e honorários | 4.200 | 4.850 |
| Judiciais contencioso e notariado | 267 | 115 |
| Informática | 3.716 | 6.608 |
| Consultores e auditores externos | 8.303 | 6.873 |
| Outros serviços de terceiros | | 64 |
| Gastos gerais administrativos | 50.243 | 55.896 |

20) IMPOSTOS CORRENTES

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Instituição dos anos de 2015 a 2019 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Instituição determinou o montante do seu imposto corrente sobre os rendimentos de 2018 tendo por base uma taxa nominal de imposto de 21%, conforme o nº 5 do artigo 87º do CIRC. Conforme referido anteriormente, a este imposto não serão acrescidas taxas de derrama municipal nem derrama estadual, por não se verificar os requisitos necessários referidos no nº 1 do artigo 18º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e no artigo 87º A do CIRC, respetivamente.

| TAXAS IRC | | |
|---|---------|---------|
| Calculo da Estimativa de IRC | | |
| Resultado Contabilístico (antes impostos) | -23.247 | |
| Imposto | 21% | |
| Pagamento Especial por conta | | 0 |
| Retenções na fonte | | 3.288 |
| Pagamento por conta | | 189 |
| IRC a recuperar | | -3.477 |
| Resultado Contabilístico Líquido | | -23.247 |

DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

- DL 534/80 de 7 de novembro e DL 411/91 de 17 de outubro

A Instituição não tem dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram factos relevantes subsequentes, que devam ser considerados para efeitos de preparação das demonstrações financeiras do período de 31 de dezembro de 2019 para além dos referidos acerca da pandemia do Covid.

A Contabilista Certificada,

Joana Leal
C.C. 91971

A Direção,

Ilda Helena Martins Oliveira Ilda Helena Martins Oliveira

Fernando Ulisses Pereira Machado Fernando Ulisses Pereira Machado

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

**Parte VIII do Regulamento nº 575/2013 do Parlamento Europeu
e do Conselho de 26 de Junho de 2013**

REGULAMENTO Nº 575/2013 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO**NOTA INTRODUTÓRIA**

O presente documento, tem como objetivo fornecer, como complemento ao Relatório de Gestão, demonstrações financeiras e respetivas notas de 2019, um conjunto de informação mais detalhada sobre a solvabilidade, divulgando as principais políticas sobre a gestão do risco e facultado informação mais detalhada sobre a solvabilidade e a exposição ao risco da Caixa Económica do Porto (CEP) - Caixa anexa, tendo subjacente uma ótica predominantemente prudencial com referência a 31 de Dezembro de 2019.

Os critérios técnicos em matéria de transparência e divulgação de informações, que presidem à elaboração do presente documento, são estabelecidos pelo Regulamento nº 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de junho.

A CEP efetua o seu reporte em base individual, pelo que não foram consideradas matérias relacionadas com consolidação na elaboração do presente documento.

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

No que respeita à informação apresentada no presente documento, a Direção Órgão de Administração da CEP, declara por os devidos efeitos que:

- a) Certifica que foram desenvolvidos todos os procedimentos considerados necessários e que, toda a informação divulgada é verdadeira e fidedigna;
- b) Assegura a qualidade de toda a informação divulgada;
- c) Compromete-se a divulgar, tempestivamente, quaisquer alterações significativas que ocorram no decorrer do período subsequente àquele a que o documento "Disciplina de Mercado" se refere.
- d) Informa-se que entre o termo do período de 2019 e a data a que respeita o presente documento, não ocorreram quaisquer eventos dignos de relevância para além dos referidos acerca da pandemia por covid-19.

A Direção,

Ilda Helena Martins Oliveira 

Fernando Ulisses Pereira Machado 

A. ÂMBITO DE APLICAÇÃO DE POLÍTICAS DE GESTÃO DE RISCO (Artigo 436º)

A.1. Âmbito de Aplicação

As instituições de crédito (IC) devem dispor de estratégias e processos sólidos, eficazes e completos para avaliar e manter, numa base permanente, os montantes, tipos e distribuição de capital interno que consideram adequados para cobrir a natureza e o nível dos riscos a que estejam ou possam vir a estar expostas, atendendo à natureza, nível e complexidade das atividades desenvolvidas.

O enquadramento regulamentar decorrente da Diretiva 2013/36/EU e do Regulamento n.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho (CRD IV e CRR), veio reforçar os requisitos prudenciais aplicáveis às instituições de crédito e prever um conjunto adicional de medidas relacionadas com a constituição de reservas de fundos próprios, para acautelar riscos de natureza macroprudencial. Neste sentido, a CEP fortaleceu os seus processos por forma a avaliar o nível de capital considerado adequado à cobertura dos diferentes riscos e dispor de estratégias para o seu reforço.

A Caixa económica do Porto é uma instituição financeira de cariz mutualista que tem como principal objetivo apoiar as pessoas nos momentos mais difíceis e ajudá-las a cuidar das suas poupanças.

Por conseguinte a CEP possui duas atividades:

- Atividade bancária – nos termos do Decreto-Lei n.º 298/92, 31 dezembro - Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras;
- Atividade prestamista – nos termos do Regime Jurídico da Atividade Prestamista, rege-se pelo Decreto-Lei n.º 160/2015 que estabelece o regime jurídico da atividade prestamista.

A CEP é a única dependência da ABF que se encontra aberta, quer aos associados da ABF, quer ao público em geral, vitalizando e dinamizando a atividade mutualista da ABF, através da transferência de até 90% dos resultados dos exercícios anuais da CEP.

A CEP tem como principal eixo de desenvolvimento e de diferenciação estratégica a prestação de serviços caracterizados pela excelência para as necessidades de associados/clientes. No plano do funcionamento interno da Instituição, foi implementada, ao longo de mais de uma década, uma filosofia de rigor, assente em sólidos princípios de integridade e transparência, e na inteira disponibilidade para a prestação de um serviço de qualidade aos associados/clientes.

A atividade da Instituição é exercida com total autonomia financeira, dependendo de si própria para a prática da atividade que desenvolve na área da concessão de crédito por empréstimos sobre penhores e na captação de depósitos à Ordem e a Prazo.

A CEP tem representado para os seus associados/clientes da ABF, o mealheiro onde podem depositar em segurança as suas poupanças.

Presentemente, a Caixa Económica do Porto exerce a sua atividade na região do Grande Porto, Área Metropolitana, possuindo apenas um balcão sediado nas Instalações da instituição à qual está anexa.

B. OBJETIVOS E POLÍTICAS EM MATÉRIA DE GESTÃO DE RISCO (Artigo 435º)

B.1. Estratégias e processos de gestão de riscos

A Direção da CEP é responsável pela definição dos objetivos da atividade e das políticas estratégicas de risco seguidas pela Instituição de acordo com alterações ao nível da estratégia de negócio que pretende sólidas para o sucesso da atividade que exerce.

A Direção garante que a Instituição dispõe de sistemas adequados para a gestão e controle dos diferentes riscos, suficientes em ação para mitigar o risco, e para aumentar a probabilidade de encontrar-se de facto ocorrer.

A Instituição reconhece a importância das práticas de gestão de risco para o sucesso do seu negócio e consequentemente o objetivo global do processo de gestão de risco é estabelecer um sistema que tenha capacidade de gerir, controlar e mitigar de uma forma efetiva os riscos.

Princípios orientadores da ação da CEP na gestão do risco

Estabelecem-se os 4 princípios seguintes:

- I. **Princípio da Moderação** - Na prossecução dos seus objetivos estratégicos e no desenvolvimento das suas atividades a CEP procura moderar a variância dos seus resultados.
- II. **Princípio Dimensão Estratégica do risco** - A estratégia da CEP é indissociável do seu apetite pelo risco - a instituição integra a dimensão-risco na sua formulação estratégica.
- III. **Princípio da Clareza** - Os elementos nucleares da gestão do risco da Caixa estão incorporados no presente documento de política, na moldura de apetite pelo risco, nas políticas e procedimentos definidos na organização, nos modelos de risco que permitem a sua quantificação e reporte e nos mecanismos de revisão e controlo instituídos.
- IV. **Princípio do Envolvimento** - Os membros da Direção da CEP tomam parte ativa na gestão do risco da instituição, tanto na tomada de decisões como na revisão continuada do perfil de risco da CEP, como ainda na participação nos exercícios de adequação do capital e liquidez, nas questões de crise e recuperação, e na definição de standards de governo do risco que se entenda adequado incorporar em adição aos que resultam da lei e regulamentação aplicáveis.

Identificação e Avaliação do Risco Geral

A Gestão de risco visa identificar, avaliar, acompanhar e reportar todos os riscos materialmente relevantes a que a Instituição se encontra sujeita, tanto interna como externamente, de modo a que os mesmos se mantenham dentro dos limites estabelecidos pela Direção e dessa forma, não afetem materialmente a situação financeira.

A CEP tem implementada uma Política de Apetite ao Risco (PAR), a qual atende a um conjunto de princípios estruturais que orientam a atividade, e que são definidos em função do seu modelo de negócio.

A Instituição dispõe de um processo de auto avaliação da adequação do capital interno, com vista a garantir que os riscos são avaliados e que o capital interno é adequado ao perfil de risco.

Identificação dos riscos

- **Risco operacional**

A CEP calcula os requisitos de fundos próprios para risco operacional de acordo com as disposições relativas ao Método do Indicador Básico previstas no Capítulo 2 do Título III da Parte III do Regulamento nº 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013. A gestão do risco operacional consiste no controlo mensal efetuado pela Direção que no âmbito das suas atribuições passa pela identificação, avaliação, acompanhamento e medição dos riscos pela adequação do controlo existente. A atividade exercida pela CEP, no que concerne às operações ativas e passivas, pela sua reduzida dimensão, não colocam em causa o rácio de solvabilidade da instituição.

A gestão de risco operacional tem sido sempre uma preocupação da CEP, o qual tem desenvolvido uma política de elaboração de manuais operativos e de responsabilização dos diretores pelo cumprimento das normas e procedimentos definidos, tendo como objetivo a mitigação deste tipo de risco.

- **Risco liquidez**

A CEP deve manter um *stock* permanente de ativos líquidos de boa qualidade – numerário, disponibilidades e aplicações com prazos residuais muito curtos e títulos de governo da zona euro – no mínimo suficiente para cobrir 10% dos recursos obtidos junto dos seus associados/clientes, mas desejavelmente bastante acima desse patamar mínimo.

A avaliação do risco de liquidez baseia-se no cálculo e análise de alguns indicadores regulamentares definidos pelas autoridades de supervisão, assim como em outras métricas internas para as quais se encontram definidos igualmente limites de exposição.

Nesta matéria, importa ressaltar também a relevância do plano de recuperação e ILAAP, em que são abordadas as medidas suscetíveis de serem adotadas em cenários de desequilíbrios de liquidez. Para o efeito foram ponderados cenários de adversidade para a atividade da instituição, analisados os seus impactos e estabelecidas medidas de correção que permitam a recuperação dos níveis de liquidez adequados.

As aplicações financeiras estão constituídas em depósitos à ordem e a prazo, em instituições nacionais, por critérios de obtenção taxa de rendimento, sendo exercido um frequente controlo dessas aplicações junto das respetivas Instituições.

- **Risco de crédito**

No âmbito do risco de crédito, o apuramento dos requisitos de capital tem por base o Método Padrão previstas nos Capítulos 1,2 e 4 do Título II da Parte III do Regulamento nº 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, sendo as principais exposições de risco baixo ou muito baixo, uma vez que tem como contraparte a concessão de crédito sobre penhor com garantia real – objetos em ouro e/ou pedras preciosas – e aplicações financeiras constituídas por depósitos a prazo e à ordem em instituições de crédito nacionais, situações que estão cobertas pelos Fundos Próprios.

O risco de crédito encontra-se associado às perdas ou ao grau de incerteza, quanto aos retornos esperados, por incapacidade do tomador do empréstimo ou da contraparte de um contrato em cumprir as suas obrigações.

No presente enquadramento de caixa anexa, a CEP está legalmente limitada à realização de empréstimos pignoratícios ou hipotecários, e à aplicação de fundos em títulos emitidos por governos da zona euro.

A atividade dominante da CEP é a concessão de empréstimos com garantia de ouro (*loan to value* de 70%) num formato renovável até 2 anos e que permite, de acordo com o regime jurídico da atividade prestamista, a realização do colateral a partir de 90 dias de mora.

Os empréstimos são remunerados, em cada ano civil, a 85% do valor máximo da taxa anual de encargos efetiva global aplicável aos cartões de crédito (destinada a vigorar no 1º trimestre de cada ano civil) atraindo necessariamente clientes que, tendo ouro para empenhar, passam por dificuldades de tesouraria.

Paralelamente, a instituição procura adaptar a sua estrutura organizativa, visando uma adequada segregação de funções, enquanto mitigadora de risco.

O quadro seguinte, é apresentado a carteira de crédito por segmento:

Em 31 de dezembro de 2019

| Segmento | Crédito em cumprimento | Crédito vencido | Total |
|------------------------------|------------------------|-----------------|---------|
| Particulares | | | |
| Créditos com garantias reais | 505.445 | 406.047 | 911.492 |
| Perdas esperadas | | | 348 |

Em 31 de dezembro de 2018

| Segmento | Crédito em cumprimento | Crédito vencido | Total |
|------------------------------|------------------------|-----------------|---------|
| Particulares | | | |
| Créditos com garantias reais | 446.740 | 481.096 | 927.836 |

- **Risco taxa de juro**

O balanço da CEP apresenta, no essencial, depósitos / aplicações e empréstimos no ativo e recursos de clientes no passivo, todos a taxa fixa.

Os empréstimos são sempre realizados na modalidade automaticamente renovável até 2 anos e, na verdade, a grande maioria dos clientes utiliza o prazo integral para reembolsar o empréstimo. Em complemento da atividade mutuária a CEP faz aplicações com prazo máximo de 1 ano, salvo exceções muito pontuais.

Por outro lado, a CEP oferece o produto depósito a prazo com maturidades até 1 ano. Em suma, numa observação de *snapshot* a maioria das posições de balanço são até 1 ano e a totalidade até 2 anos gerando posições líquidas tendencialmente curtas nos *buckets* iniciais e longas entre 1 e 2 anos. No cômputo geral a exposição ao risco de taxa de juro é tendencialmente baixa e é política da CEP manter um perfil de risco prudente também neste domínio.

- **Risco de sistemas informáticos**

A Direção da CEP realizou uma análise de risco que identificasse as vulnerabilidades e ameaças dos sistemas informáticos e implementou um conjunto de medidas que visam a proteção do sistema contra ameaças que afetem a integridade, confidencialidade e disponibilidade da informação processada.

Algumas das medidas implementadas são revistas e testadas como:

- a) Política de elaboração de cópias de segurança que devem ser guardadas em local seguro;
- b) Instalar e manter atualizados os programas de “antivírus” e “firewall”;
- c) Manter em funcionamento uma política rígida e certificada de segurança;
- d) Controlo de acesso;
- e) Segregação de tarefas.

- **Risco de sistemas de informação**

A Informação é hoje um dos principais ativos das organizações e as tecnologias desempenham um papel fundamental no seu ciclo de vida. Estes recursos representam desafios cada vez mais complexos de gerir decorrentes de fatores tão diversos como sendo a globalização dos serviços, crescente aparecimento de novas leis e regulamentos, ameaças à confidencialidade, integridade e disponibilidade.

- **Risco Estratégico**

O risco de estratégia é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos na rentabilidade e/ou solvabilidade da Instituição, decorrentes de decisões estratégicas inadequadas, de deficiente implementação das decisões tomadas, da incapacidade de resposta a fatores externos, bem como de eventuais condicionantes internas no contexto do desempenho da Instituição.

- **Risco de *Compliance* e de Reputação**

O risco de *Compliance* é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de violações ou da não conformidade relativamente a leis, regulamentos, determinações específicas, contratos, regras de conduta e de relacionamento com clientes, práticas instituídas ou princípios éticos, que se materializem em sanções de carácter legal na impossibilidade de exigir o cumprimento de obrigações contratuais.

Compliance tem por missão assegurar que a Direção, as estruturas funcionais e todos os colaboradores cumpram a legislação, regras e normativos (internos e externos) que pautam a atividade da instituição, de forma a evitar o risco de a Instituição incorrer em sanções de carácter legal ou regulamentar e em prejuízos financeiros ou de ordem reputacional, decorrente do incumprimento das leis, códigos de conduta e regras de "boas práticas" negociais e deveres a que se encontram sujeita.

A CEP sendo uma entidade supervisionada pelo Banco de Portugal e pela ASAE, pauta a sua atuação, entre outros procedimentos, pelo cumprimento de uma vasta panóplia de legislação, bem como pela promoção contínua de formações que a Direção disponibiliza aos seus colaboradores e pela elaboração de manuais de procedimentos em diversas áreas.

A reputação da CEP tem sido imaculada nestes 115 anos de existência.

- **Risco de taxa de câmbio**

O risco cambial é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos nas taxas de câmbio, provocados por alterações no preço de instrumentos em moeda estrangeira. Este risco não se aplica no âmbito da atividade da CEP.

B.2. Informação respeitante ao sistema de governo

a) O número de cargos exercidos pelos membros do órgão de administração.

Os dois membros executivos do órgão de administração, no atual mandato, exercem exclusivamente na CEP.

b) A política de recrutamento dos membros do órgão de administração e fiscalização e os respetivos conhecimentos, capacidades e competências técnicas efetivas.

A Política de Seleção e Avaliação dos membros do órgão de administração e fiscalização foi aprovada em Assembleia Geral da CEP que se realizou no dia 29 de março de 2017, dando cumprimento ao disposto no Decreto-Lei nº 157/2014, de 24 de Outubro.

Processos de candidatura e seleção

Os MOAF são eleitos pela Assembleia Geral da CEP (AG), composta pelos associados com direito de voto da mutualidade a que a CEP está anexa e que lhe são comuns, mediante proposta apresentada de acordo com os Estatutos e acompanhada do parecer da Comissão de Avaliação e Seleção.

A AG deve apreciar os resultados da Avaliação ou Reavaliação dos MOAF, para efeitos de apresentação do requerimento de autorização do exercício de funções, dirigido ao BdP.

Os órgãos eleitos, remetem à Comissão de Avaliação e Seleção as seguintes informações:

- Dados pessoais e curriculum vitae, contendo, pelo menos, as referências aos elementos exigidos pela legislação e regulamentação em vigor;
- Declaração de disponibilidade para o exercício de funções essenciais ou para a assunção de cargos em órgãos sociais, assinada pelo candidato ou proponente;
- Certificado de registo criminal;
- Eventuais referências abonatórias escritas, de carácter pessoal e profissional, por parte dos proponentes e/ou de terceiros devidamente identificados, nomeadamente entidades empregadoras ou contratantes e colegas ou colaboradores, sobre a índole, aptidões, experiência, capacidade e competências dos candidatos em causa e de quaisquer aspetos que permitam a sua aferição;
- Autoavaliação do candidato para o exercício das funções, nos termos em cada momento definidos pela CEP;
- As propostas ou candidaturas recebidas nos termos referidos no número anterior ficam integradas numa base de dados acessível ao órgão de administração e ao Presidente da Mesa da AG.

c) A política de diversificação em relação à seleção dos membros do órgão de administração e fiscalização, os seus objetivos e todas as metas relevantes estabelecidas no âmbito dessa política, bem como a medida em que esses objetivos e metas foram atingidos.

A avaliação dos membros do órgão de administração e fiscalização da CEP é feita de acordo com os critérios de adequação previstos na Lei e na Regulamentação aplicáveis, sendo esta efetuada tanto em base individual, isto é, relativamente a cada um dos membros, singularmente considerado, quanto em base coletiva, ou seja, relativamente ao órgão, colegialmente considerado. A avaliação da adequação dos MOAF é da responsabilidade da Comissão de Seleção e Avaliação dos Órgãos de Administração, Fiscalização.

Nos termos do artigo 31.º do RGICSF, a CSA avalia as qualificações profissionais das pessoas identificadas no artigo 2.º da presente política, por forma a assegurar que demonstram as aptidões, habilitações e competências teóricas e práticas para o exercício das suas funções, nomeadamente, no que se refere à compreensão e gestão dos riscos de uma instituição de crédito, ao planeamento estratégico da CEP, aos requisitos legais e regulamentares a que está sujeita a atividade e ao controlo e avaliação dos mecanismos de controlo.

d) Se a instituição constituiu ou não uma comissão de risco autónoma e a frequência com que a mesma se reuniu.

Não existe uma comissão de risco autónoma, tendo em conta a dimensão, organização, natureza, âmbito e complexidade das atividades exercidas pela Instituição.

e) A descrição do fluxo de informações sobre risco para o órgão de administração.

A CEP tem uma estrutura de dimensão reduzida, pelo que não dispõe de Departamentos de Auditoria Interna e Compliance, cabendo à Direção o papel de supervisão da instituição, contando também com o apoio do Conselho Fiscal e do Auditor Externo. Estão implementadas as medidas de controlo interno que consideramos mais relevantes e necessárias para a CEP. A continuidade das operações é naturalmente o objetivo máximo, cumprindo permanentemente com os principais rácios, nomeadamente de solvabilidade.

C. ADEQUAÇÃO DE CAPITALS (Artigo 437º)

C.1. Informação Qualitativa

A CEP reporta os seus requisitos de fundos próprios de acordo com o Regulamento nº 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de junho de 2013 em 2014 e pelo Aviso n.º 4/2016 do Banco de Portugal define o regime prudencial das caixas económicas anexas e visa assegurar que estas entidades se encontram sujeitas a requisitos prudenciais apropriados no que diz respeito à cobertura dos riscos relevantes, tendo em conta a natureza, escala e complexidade das atividades que lhes são legalmente permitidas.

Os requisitos de capital de toda a carteira de crédito são calculados com base no Método Padrão previstas nos Capítulos 1,2 e 4 do Título II da Parte III do Regulamento nº 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, e o risco operacional é determinado de acordo com as disposições relativas ao Método do Indicador Básico previstas no Capítulo 2 do Título III da Parte III do Regulamento nº 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013.

Segundo o estipulado no artigo 4.º do presente aviso, a CEP deve observar em permanência um rácio mínimo de fundos próprios de 8%. O rácio de fundos próprios corresponde aos fundos próprios expressos em percentagem da soma dos seguintes elementos:

- a) Montante da posição ponderada pelo risco referente ao risco de crédito, calculado nos termos do artigo 5.º do Aviso n.º 4/2016;
- b) Montante dos requisitos de fundos próprios referente ao risco operacional, calculado nos termos do artigo 6.º do Aviso n.º 4/2016, multiplicado por 12,5.

O *Common Equity Tier 1* (CET1) corresponde à soma das seguintes rubricas:

- Capital Social: 1.700.000€
- Resultados Transitados: 21.956€
- Resultado líquido do exercício: - 23.247€

Conforme o disposto no nº 7 do Aviso nº 4/2016, são aplicáveis deduções/exclusões referentes aos ativos intangíveis, ativos por impostos diferidos que dependam da rendibilidade futura e participações e outros instrumentos de capital regulamentar.

Deste modo, aplicadas as respetivas deduções, o valor de *Common Equity Tier 1* fixou-se em 1.238.822€.

Tendo em conta a inexistência de elementos que entrem na categoria de *Additional Tier 1*, o Tier 1 fixou-se no mesmo montante que o *Common Equity Tier 1*, ou seja, 1.238.822€.

Por fim, devido a CEP não deter, à data de referência, elementos de Tier 2, os fundos próprios registaram-se também o valor de 1.238.822€.

O Rácio de Fundos Próprios CET1 da CEP equivale ao Rácio dos Fundos Próprios Totais uma vez que a CEP apenas detém fundos próprios CET1.

Em 2019 estes rácios posicionaram-se nos 57,63% conforme quadro seguinte:

| RÁCIO DE CET1 E FUNDOS PRÓPRIOS TOTAIS | |
|---|------------------|
| Capitais próprios | 2.470.032 |
| Elementos não elegíveis para FPR | 1.231.210 |
| Fundos próprios regulamentares de base | 1.238.822 |
| RWA de balanço / crédito | 1.804.524 |
| RWA de risco operacional | 344.920 |
| RWA | 2.149.444 |
| Rácio de CET1 | 57,63% |
| Rácio de Fundos Próprios Totais | 57,63% |

D. REQUISITOS DE FUNDOS PRÓPRIOS (Artigo 438º)

D.1. Informação Quantitativa

Adequação de Capitais - Fundos Próprios

| FUNDOS PRÓPRIOS - PARTE 1 | 2019 |
|---|------------------|
| Fundos Próprios - Nível 1 | 1.238.822 |
| Instrumentos de fundos próprios realizados | 1.700.000 |
| Lucros retidos de exercícios anteriores | |
| Resultados do exercício | -23.247 |
| Outro rendimento integral acumulado | |
| Outras reservas | 793.950 |
| Outros ajustamentos | -671 |
| Ativos intangíveis | -1.231.210 |
| Impostos | |
| Outros ajustamentos transitórios | |
| Fundos Próprios - Nível 2 | |
| Requisito mínimo de capital | 1.000.000 |
| Fundos próprios de referência para efeitos dos limites relativos aos grandes riscos | 1.238.822 |

Adequação de Capitais – Requisitos de Fundos Próprios

| ADEQUAÇÃO DE CAPITALIS - PARTE 2 | 2019 |
|--|------------------|
| 2. Requisitos de Fundos Próprios (=Σ(2.1 a 2.6)) | 2.149.444 |
| 2.1 Para risco de crédito, risco de crédito de contraparte, risco de redução dos valores a receber e risco de entrega (2.1.1+2.1.2) | 1.804.524 |
| 2.1.1 Método Padrão (2.1.1.1 + 2.1.1.2) | 1.804.524 |
| 2.1.1.1 Classes de risco do Método Padrão, excluindo posições de titularização | |
| 2.1.1.1.1 Créditos ou créditos condicionais sobre as administrações centrais ou bancos centrais | |
| 2.1.1.1.2 Créditos ou créditos condicionais sobre as administrações regionais ou autoridades locais | |
| 2.1.1.1.3 Créditos ou créditos condicionais sobre organismos administrativos e empresas sem fins lucrativos | 586 |
| 2.1.1.1.4 Créditos ou créditos condicionais sobre bancos multilaterais de desenvolvimento | |
| 2.1.1.1.5 Créditos ou créditos condicionais sobre organizações internacionais | |
| 2.1.1.1.6 Créditos ou créditos condicionais sobre instituições | 1.589.596 |
| 2.1.1.1.7 Créditos ou créditos condicionais sobre empresas | |
| 2.1.1.1.8 Créditos ou créditos condicionais sobre a carteira de retalho | 75.817 |
| 2.1.1.1.9 Créditos ou créditos condicionais com garantia de bens imóveis | |
| 2.1.1.1.10 Elementos Vencidos | 133.881 |
| 2.1.1.1.11 Elementos pertencentes a categorias regulamentares de risco elevado | |
| 2.1.1.1.12 Créditos sobre a forma de obrigações hipotecárias ou obrigações sobre o setor público | |
| 2.1.1.1.13 Créditos sobre a forma de organismos de investimento coletivo (OIC) | |
| 2.1.1.1.13 Outros Elementos | 4.644 |
| 2.1.2 Método das Notações internas | |
| 2.1.2.1 Quando não são utilizadas estimativas próprias de LGD e/ou de fatores de conversão | |
| 2.1.2.1.1 Créditos ou créditos condicionais sobre as administrações centrais ou bancos centrais | |
| 2.1.2.1.2 Créditos ou créditos condicionais sobre instituições | |
| 2.1.2.1.3 Créditos ou créditos condicionais sobre empresas | |
| 2.1.2.2 Quando são utilizadas estimativas próprias de LGD e/ou fatores de conversão | |
| 2.1.2.2.1 Créditos ou créditos condicionais sobre as administrações centrais ou bancos centrais | |
| 2.1.2.2.2 Créditos ou créditos condicionais sobre instituições | |
| 2.1.2.2.3 Créditos ou créditos condicionais sobre empresas | |
| 2.1.2.2.4 Créditos ou créditos condicionais sobre carteira de retalho | |
| 2.1.2.3 Créditos sobre ações | |
| 2.1.2.4 Posição de titularização | |
| 2.1.2.5 outros ativos que não sejam obrigações de crédito | |
| 2.2 Risco de liquidação | |
| 2.3 Requisitos de fundos próprios para riscos de posição, riscos cambiais e riscos de mercadorias (2.3.1+2.3.2) | |
| 2.3.1 Método Padrão (2.3.1.1 a 2.3.1.4) | |
| 2.3.1.1 Instrumentos e ívida | |
| 2.3.1.2 Títulos de capital | |
| 2.3.1.3 Riscos cambiais | |
| 2.3.1.4 riscos sobre mercadorias | |
| 2.3.2 Método dos Modelos - Internos | |
| 2.4 Requisitos de fundos próprios para risco operacional (=Σ(2.4.1 a 2.4.3)) | 344.920 |
| 2.4.1 Método do Indicador Básico | 344.920 |
| 2.4.2 Método <i>Standard</i> | |
| 2.4.3 Método dos Modelos Internos | |
| 2.5 Requisitos de fundos próprios - Despesas gerais fixas | |
| 2.6 Requisitos transitórios de fundos próprios e outros requisitos de fundos próprios | |
| ADEQUAÇÃO DE CAPITALIS - PARTE 3 | 2019 |
| Excesso (+)/Insuficiência (-) de fundos próprios | -910.622 |
| Rácio de Solvabilidade (%) | 57,63% |
| Adequação de fundos próprios ao nível do conglomerado financeiro | |

E. RISCO DE CRÉDITO DE CONTRAPARTE (Artigo 439º)

O risco de crédito de contraparte, a que se refere o Capítulo 6, do Título II, da Parte III, decorre da incerteza quanto ao incumprimento pela contraparte de uma operação antes da liquidação final dos respetivos fluxos, em operações com instrumentos derivados, operações de recompra, contratação ou concessão de empréstimos de valores mobiliários ou de mercadorias, operações de liquidação longa e operações de concessão de empréstimos com imposição de margem.

A CEP não realiza operações com estas características.

F. RESERVAS PRUDENCIAIS DE FUNDOS PRÓPRIOS (Artigo 440º)

As instituições divulgam as seguintes informações em relação ao cumprimento do requisito de constituição de uma reserva contra cíclica de fundos próprios a que se refere o Título VII, Capítulo 4, da Diretiva 2013/36/UE:

Não aplicável face à natureza geográfica da Instituição.

G. INDICADORES DE IMPORTÂNCIA SISTÉMICA GLOBAL (Artigo 441º)

A CEP não apresenta indicadores de dimensão ou outros que lhe proporcionem uma classificação como uma instituição de Importância Sistémica Global (G-SII), não sendo aplicável o previsto pelo artigo 441º do Regulamento nº 575/2013.

H. RISCO DE CRÉDITO (Artigo 442º)

H.1. Informação Qualitativa

Para efeitos da afetação de uma posição em risco à classe de risco «posições em risco em situação de incumprimento», prevista na alínea j) do artigo 112º do Regulamento (EU) nº 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, considera-se que existe uma situação de incumprimento quando o devedor regista um atraso superior a 90 dias relativo a uma obrigação de crédito que exceda os €50.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho e do Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2015, de 7 de dezembro, as demonstrações financeiras da CEP são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

Com a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), a carteira de crédito concedido, garantias prestadas e outras operações de natureza análoga está sujeita à constituição de perdas por imparidade, calculadas de acordo com os requisitos previstos na IFRS 9. O reconhecimento da imparidade é realizado através do modelo da perda esperada.

Em termo contabilísticos, a CEP considera como:

Crédito vencido: as prestações vencidas de capital e/ou juros decorridos que continuem a ser devidos após 30 dias do seu vencimento.

Crédito objeto de Imparidade: as perdas de crédito devem ser mensuradas com base no valor atual da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que a instituição espera receber, incluindo os fluxos de caixa provenientes da venda de colaterais recebido e da venda de créditos em incumprimento.

Crédito em Incumprimento: de acordo com a definição que consta da Instrução do Banco de Portugal nº 16/2004, de 1 de outubro, na sua versão alterada pelas Instruções nº 23/2011 e 23/2012, se define como a soma do crédito vencido há mais de 90 dias.

H.2. Informação Quantitativa

Posições em Risco

| CLASSES DE RISCO | 2019 |
|--|------------------|
| Administrações centrais ou bancos centrais | |
| Administrações regionais ou autoridades locais | |
| Entidades do Setor Público | 587 |
| Instituições | 1.589.596 |
| Empresas | |
| Carteira de retalho | 75.817 |
| Posições com garantia de bens imóveis | |
| Elementos vencidos | 133.881 |
| Ações | |
| Outros Itens | 4.644 |
| Total | 1.804.524 |

H.3. Risco de Crédito – Método Padrão

H.3.1. Informação Qualitativa

A CEP utiliza o Método Padrão em conformidade com o estabelecido nos capítulos 1,2 e 4 do Título II da parte III do Regulamento nº 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho.

H.3.2. Informação Quantitativa

| RWA (risk weighted assets ou activos ponderados por risco) | Ponderação | Posição inicial | Cálculo Final |
|--|--------------|-----------------|------------------|
| Notas e moedas + depósitos no Banco Central - 0% (nº 3 do artigo 134º) | 0% | 51.060 | 0 |
| Ativos tangíveis - 100% (nº 1 do artigo 134º) | 100% | 0 | 0 |
| Títulos da República Portuguesa - 0% (artigo 114º) | 0% | 241.860 | 0 |
| Investimentos detidos até à maturidade (FCT) (artigo 116.º) | 100% | 587 | 587 |
| Outros ativos (Moedas de coleção) - (nº 5 do artigo 113º) | 100% | 4.644 | 4.644 |
| Ativos por impostos correntes (IRC-Retenções na fonte) (artigo 114º n.4) | 0% | 3.477 | 0 |
| Depósitos e aplicações em bancos (prazo residual igual ou menor do que 3 meses) (artigo 119º a 121º) | Instituições | | 634.246 |
| Depósitos e aplicações em bancos (prazo residual superior a 3 meses) (artigo 119º a 121º) | Instituições | | 955.350 |
| Empréstimos garantidos por ouro com LTV não superior a 70% (sem atraso ou com atraso não superior a 90 dias) - 75% * 20% = 15% (75% pelo artigo 123 * 20% pelo artigo 207º) | 15% | 505.445 | 75.817 |
| Empréstimos garantidos por ouro com LTV não superior a 70% (com atraso superior a 90 dias) - 0,8 * 75% * 20% + 0,2 * 75% * 150% = 33% (150% pelo artigo 127 para 20% do crédito em | 33% | 405.699 | 133.881 |
| RWA balanço | | | 1.804.524 |

I. ATIVOS LIVRES DE ENCARGOS (Artigo 443º)

A CEP não tem como política onerar os seus ativos.

J. RECURSO ÀS ECAI (Artigo 444º)

A CEP não utiliza notações externas atribuídas pelas ECAI.

K. EXPOSIÇÃO A RISCO DE MERCADO (Artigo 445º)

O risco de mercado apresenta genericamente como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos das carteiras de ativos de negociação e disponíveis para venda, resultado de flutuações em cotações de ações, taxas de juro e taxas de câmbio e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando, quer as correlações existentes entre eles, quer as respetivas volatilidades.

A CEP tem presente que uma depreciação significativa da cotação do *gold bullion* – variável exógena e não controlável - seria adversa aos seus interesses. Segue sistematicamente aquela cotação de forma a poder antecipar a tomada de medidas de mitigação do risco e preservação de valor caso a evolução da tendência o aconselhe.

L. RISCO OPERACIONAL (Artigo 446º)

L.1. Informação Qualitativa

O risco operacional caracteriza-se pela probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de falhas na análise, processamento ou liquidação das operações, de falhas dos sistemas de informação, fraudes internas e externas, da atividade, da existência de recursos humanos insuficientes ou inadequados ou na inoperacionalidade das infraestruturas.

O controlo do risco operacional tem por objetivo facilitar a identificação, avaliação, seguimento, diminuição e quantificação dos riscos operacionais, devendo utilizar-se para tal, ferramentas qualitativas e quantitativas de diferentes áreas.

A política de gestão de risco operacional rege-se pelos princípios orientadores de que todos os colaboradores são parte integrante da gestão de risco, e como tal, devem contribuir para a identificação de eventos de risco operacional de forma a garantir a sua prevenção ou mitigação.

A CEP possui procedimentos formais e controlos, detetivos e preventivos, que garantam a efetividade e o desempenho das tarefas, a integridade e o cumprimento dos requisitos regulamentares.

A CEP utiliza o método do Indicador Básico para cálculo dos requisitos de fundos próprios para risco operacional. Os requisitos de fundos próprios para risco Operacional resultam da média dos últimos três anos do Indicador Relevante anual positivo, ponderado por um fator de risco de 15% nos termos do nº 1 do artigo 315º do Regulamento nº 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho.

O Indicador Relevante tem assim por base, o resultado da soma líquida de juros e receitas líquidas numa base anual, reportados ao final de cada exercício financeiro.

Elementos Contabilísticos (Indicador Relevante):

- (+) Receitas de juros e proveitos equiparados
- (+) Receitas de ações e outros títulos de rendimento variável/fixo
- (+) Comissões recebidas
- (+) Outros proveitos de exploração
- (-) Encargos com juros e custos equiparados
- (-) Comissões pagas
- (-)/(+) Resultado proveniente de operações financeiras

L.2. Informação Quantitativa

Risco Operacional – Indicador Relevante

| Atividades | 2017 | 2018 | 2019 |
|----------------------------|---------|---------|---------|
| Método do Indicador Básico | 648.578 | 442.601 | 344.920 |

M. POSIÇÕES EM RISCO SOBRE AÇÕES NÃO INCLUIDAS NA CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO (Artigo 447º)

Não se aplicam à CEP na data de referência.

EXPOSIÇÕES AO RISCO DE TAXA DE JURO SOBRE POSIÇÕES NÃO INCLUIDAS NA CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO (Artigo nº 448º)

A exposição ao risco de taxa de juro da carteira bancária é calculada para todos os elementos de ativo, passivo e fora do balanço que não estejam integradas na carteira de negociação e que sejam sensíveis a variações da taxa de juro.

A CEP é uma instituição por natureza limitada no âmbito da sua atuação daqui decorrendo que os ativos e passivos sensíveis se limitam a (i) depósitos e aplicações em instituições de crédito, (ii) créditos concedidos, de natureza prestamista e (iii) depósitos de clientes, todos no regime de taxa fixa.

Metodologia

Seguindo o preceito descrito na própria Instrução nº 3/2020 que altera a Instrução do Banco de Portugal n.º 34/2018, com o objetivo de atualizar o reporte padronizado da exposição ao risco de taxa de juro resultante de atividades não incluídas na carteira de negociação e do impacto na variação do valor económico e na margem financeira de uma alteração súbita e inesperada das taxas de juro de 200 pontos de base na curva de rendimentos, a CEP projetou e agregou os *cash flows* relativos aos ativos e passivos incluídos na sua carteira bancária e sensíveis a movimentos nas taxas de juro.

A CEP recebe fundos dos seus clientes para depósito dos mesmos a prazo e, em paralelo, realiza operações de crédito de natureza prestamista e aplica os seus excedentes em depósitos a prazo no sistema bancário (a grande maioria dos depósitos, tanto no ativo como no passivo, pagam juros no final, conforme evidenciado no mapeamento dos seus *cash flows*).

Os créditos de natureza prestamista são operações de mútuo garantido por penhor de ouro com LTV máximo de 70% e prazo máximo de 2 anos. A taxa é estabelecida no início do contrato, sempre no respeito pela regulamentação aplicável.

De facto muitos são os associados/clientes que, tendo oferecido uma garantia de ouro, deixam passar várias prestações de juros optando por liquidá-las mais tarde durante a vida do contrato, ou mesmo no final do mesmo, ou optando por prescindir do colateral.

A CEP não dispõe, no entanto, de um estudo comportamental que permita modelar a geração de caixa proveniente da sua carteira de empréstimos pelo que, no caso presente, optou por mapear os créditos prestamistas com liquidação de capital e juros no final.

O quadro seguinte, apresenta o valor de *earnings at risk* (margem financeira) que foi determinado utilizando um modelo que combina a dimensão da deslocação da taxa (choque) com o prazo residual em relação ao horizonte de 1 ano tendo-se apurado os valores de -8.087€ (alteração adversa) e 2.705€ (alteração favorável).

| | Até 1 M | > 1 e até 3 | > 3 e até 6 | > 6 e até 9 | > 9 e até 12 | |
|----------------------|--------------|-------------|--------------|--------------|--------------|-----------|
| Ativo - Passivo | - 554.733,37 | 673.267,46 | - 271.208,35 | - 683.074,70 | - 65.156,47 | |
| Prazo residual | 0,9583 | 0,8333 | 0,6250 | 0,3750 | 0,1250 | |
| Factor de ponderação | 0,0192 | 0,0167 | 0,0125 | 0,0075 | 0,0025 | |
| Posição ponderada | - 10.632,4 | 11.221,1 | - 3.390,1 | - 5.123,1 | - 162,9 | - 8.087,3 |
| choque | 2% | 2% | 2% | 2% | 2% | |

| | Até 1 M | > 1 e até 3 | > 3 e até 6 | > 6 e até 9 | > 9 e até 12 | |
|----------------------|--------------|-------------|--------------|--------------|--------------|---------|
| Ativo - Passivo | - 554.733,37 | 673.267,46 | - 271.208,35 | - 683.074,70 | - 65.156,47 | |
| Prazo residual | 0,9583 | 0,8333 | 0,6250 | 0,3750 | 0,1250 | |
| Factor de ponderação | -0,0059 | -0,0051 | -0,0040 | -0,0025 | -0,0009 | |
| Posição ponderada | 3.280,1 | - 3.461,7 | 1.095,0 | 1.736,7 | 55,8 | 2.705,9 |
| choque | -0,617% | -0,617% | -0,646% | -0,678% | -0,685% | |

N. RISCO ASSOCIADO A POSIÇÕES DE TITULARIZAÇÃO (Artigo nº 449º)

Não se aplicam à CEP na data de referência.

O. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO (Artigo 450º)

Nos termos da lei a remuneração dos titulares dos órgãos sociais da CEP só pode ser deliberada pela Assembleia Geral, não sendo exequível nem apropriada a existência de uma comissão de remunerações face à pequena dimensão.

Assim, a política de remuneração, quanto aos órgãos de administração, é aprovada pela Assembleia Geral, e a dos restantes colaboradores é aprovada pela Direção.

Não existem remunerações variáveis, instrumentos indexados e outras formas de remuneração, contudo foram disponibilizadas formações em diversas áreas.

Sem prejuízo do disposto no artigo 14º do Aviso nº 10/2011, cabe exclusivamente à Assembleia Geral a aprovação e avaliação da política de remuneração dos seus órgãos sociais.

Não é considerada a atribuição de qualquer remuneração variável aos membros dos órgãos de administração e fiscalização.

As remunerações dos órgãos de gestão são as seguintes:

| | Base/mensal | Diuturnidade/mensal | S.Alim/dia |
|----------------------------------|-------------|---------------------|------------|
| Ilda Helena Martins Oliveira | 2.150 € | 42 € | 4 € |
| Fernando Ulisses Pereira Machado | 2.150 € | 42 € | 4 € |

Os encargos sociais obrigatórios referem-se às contribuições à Segurança Social, ao Fundo de garantia de compensação do trabalho e o seguro de acidente de trabalho.

A remuneração do Conselho Fiscal, tendo em atenção a natureza da função deste órgão, consiste numa contrapartida de montante fixo por presença, sem quaisquer acréscimos ou outras prestações.

Todos os empréstimos realizados são auditados por um Avaliador registado na Imprensa Nacional - Casa da Moeda, na qual é pago uma avença mensal no valor de 350€, no sentido de avaliar se as operações propostas e os seus elementos são suscetíveis de estar relacionados com atividades ilícitas.

Em regime de subcontratação, A Caixa Económica do Porto – Caixa anexa, tem um contrato com a empresa Oliveira Reis & Associados, Sroc, Lda. que tem a competência exclusiva de proceder à revisão legal das contas, à auditoria das contas. A remuneração do Revisor Oficial de Contas é estabelecida com base nas práticas de mercado e definida no âmbito do contrato de prestação de serviços de revisão de contas. Em 2019 os honorários do Revisor Oficial de Contas foram de 3.000€ sem IVA.

As senhas de presença do Conselho Fiscal em 2019 totalizam 650€.

P. ALAVANCAGEM (Artigo 451º)

O cálculo do rácio de alavancagem regulamentar está previsto no artigo 429º do Regulamento nº 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, modificado pelo ato Delegado nº 62/2015, de 10 de outubro de 2014. O rácio de alavancagem é definido como a proporção do *capital tier 1* dividido pela medida de exposição, constituída por ativos do balanço e extrapatrimoniais considerados após alguns ajustamentos.

| Rácio de Alavancagem | |
|-------------------------------------|------------------|
| Numerador | |
| <i>Common equity tier 1 capital</i> | |
| <i>Tier 1 capital</i> | 1.238.822 |
| <i>Tier 2 capital</i> | |
| <i>Own funds</i> | 1.238.822 |
| Denominador | |
| Exposição | |
| Risco de crédito | 6.570.560 |
| Rácio de Alavancagem | 18,85% |

Q. UTILIZAÇÃO DO MÉTODO IRB RELATIVAMENTE AO RISCO DE CRÉDITO (Artigo 452º)

Não aplicável.

R. UTILIZAÇÃO DE TÉCNICAS DE REDUÇÃO DE RISCO (Artigo 453º)

Não aplicável.

S. UTILIZAÇÃO DOS MÉTODOS DE MEDIÇÃO AVANÇADA RELATIVAMENTE AO RISCO OPERACIONAL (Artigo 454º)

Não aplicável.

T. UTILIZAÇÃO DE MODELOS INTERNOS DE RISCO DE MERCADO (Artigo 455º)

Não aplicável.

PARTES DE CAPITAL

A Beneficência Familiar – Associação de Socorros Mútuos, enquanto instituição titular da Caixa Económica do Porto – Caixa Anexa, realizou a 31/12/2019 o aumento e reforço do capital social da CEP no valor de 700.000€.

O capital social da CEP em 31/12/2019 encontra-se totalmente realizado e apresenta um valor total de 1.700.000€, estrutura da posição financeira apresentada no Relatório e Contas de 2019 correspondendo na íntegra à estrutura apresentada.

PARTES RELACIONADAS

Não existem saldos e transações, designadamente com todos os membros da Direção em funções de 2019 e membros do Conselho Fiscal.

A instituição titular A Beneficência Familiar possui uma conta à ordem na Caixa Económica do Porto, que a 31/12/2019 apresentava um saldo no valor de 28.419€.

Na rubrica de outros passivos a CEP apresenta um saldo em relação à Instituição A Beneficência Familiar no valor de 21.035.

OUTRAS INFORMAÇÕES

- Fundo de Resolução Português

O Fundo de Resolução é uma pessoa coletiva de direito público com autonomia administrativa e financeira, criado pelo Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de Fevereiro, que se rege pelo Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (“RGICSF”) e pelo seu regulamento e que tem como missão prestar apoio financeiro às medidas de resolução aplicadas pelo Banco de Portugal, na qualidade de autoridade nacional de resolução, e para desempenhar todas as demais funções conferidas pela lei no âmbito da execução de tais medidas.

A CEP é uma das instituições participantes no Fundo de Resolução, efetuando contribuições que resultam da aplicação de uma taxa definida anualmente pelo Banco de Portugal tendo por base, essencialmente, o montante dos seus passivos.

Em 2019 o valor de contribuição apurado ascendeu a 829€.

- Fundo Único de Resolução Europeu

O Fundo Único de Resolução Europeu é parte integrante do Mecanismo Único de Resolução (MUR), que é o sistema europeu de resolução de bancos não viáveis. Ou seja, destina-se a apoiar a resolução de bancos em risco ou situação de insolvência, depois de esgotadas outras opções como a recapitalização interna das instituições.

A CEP não se encontra abrangida pelo MUR.

- Decomposição dos valores extrapatrimoniais

O valor desta rubrica é composto pelos seguintes movimentos:

| | |
|-----------------|----------------|
| Classe I | 523.816 |
| Classe II | 409.091 |
| Classe III - IV | 110.676 |
| Classe V - IX | 27.819 |
| Crédito Interno | <u>215.235</u> |
| | 1.286.636 |